

**COMISSÃO DA VERDADE**

**PRESIDENTE  
DEPUTADO ADRIANO DIOGO – PT**

**16/05/2013**

**COMISSÃO DA VERDADE****BK CONSULTORIA E SERVIÇOS LTDA.****16/05/2013**

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT -** Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, quadragésima segunda audiência pública, 16 de maio de 2013, plenário Tiradentes. Está instalada a quadragésima audiência pública da Comissão da Verdade do Estado de São Paulo, Rubens Paiva, quadragésima segunda pública da Comissão Rubens Paiva, no dia 16 de maio de 2013, às 14h30min, na Assembleia Legislativa, do plenário Tiradentes, para oitiva do depoimento de Valdemar Martins de Oliveira sobre a Catarina Helena Abi-Eçab e João Antônio Santos Abi-Eçab, e informações sobre o funcionamento dos aparatos da repressão política.

Esclarecemos que a Comissão da Verdade do Estado de São Paulo pretende realizar todas as audiências públicas abertas ao público.

Então, vamos inicialmente convidar o Sr. Valdemar Martins de Oliveira, militar do exército das forças armadas brasileiras para compor a mesa. Então a mesa está composta pela Amélia Teles, da assessoria da Comissão, Dr. Belizardo Santos Júnior, advogado relator do caso, Catarina Helena Abi-Eçab e Antônio, na Comissão de Mortos e Desaparecidos, Ivan Seixas e o nosso convidado, nosso depoente, Valdemar Martins de Oliveira.

Eu quero passar imediatamente a palavra para o Dr. Belizardo para que ele faça a leitura do voto que ele foi relator... apresentará um memorial, perdão. Então, Ricardo Kobayashi fará um memorial do casal Abi-Eçab, e Dr. Belizardo fará a leitura do voto.

**O SR. VALDEMAR MARTINS DE OLIVEIRA –** Boa tarde a todas e todos. Catarina Helena Abi-Eçab, assassinada, em 8 de novembro de 1968. Dados pessoais: Catarina Helena Abi-Eçab, nascida em 29 de janeiro de 1947, São Paulo, SP, Brasil. Organização política: ação libertadora nacional, ALN.

João Antônio Santos Abi-Eçab, assassinado em 8 de novembro de 1968. Dados pessoais: nome João Antônio Santos Abi-Eçab, nascido em 4 junho de 1943; local de nascimento São Paulo/SP, Brasil. Organização política: ação libertadora nacional, ALN.

João Antônio e Catarina eram estudantes de filosofia na faculdade de filosofia, ciências e letras da USP e casaram-se em maio de 1968. Militavam no movimento estudantil. João participou da comissão de estruturação de entidades do 18º Congresso da UEE de São Paulo, realizado em Piracicaba de 4 a 9 de setembro de 1965. Participou, também, do diretório acadêmico da sua faculdade, em 1966. Em 1967, esteve detido no DOPS de São Paulo quando foi indiciado por terrorismo e solto por meio de “habeas corpus”. Em função da falta de informações à época o dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964 publicou a versão policial que atribuiu a morte do casal a explosão do veículo em que viajavam em consequência da denotação de explosivos que transportavam, em 8 de novembro de 1968, às 19 horas, no quilometro 69 da BR 116, próximo a Vassouras, estado do Rio de Janeiro.

A versão divulgada na imprensa foi a de que eles dois foram vítima de um acidente de automóvel “chocaram-se contra traseira de um caminhão que transportava pessoas em sua caçamba”. No veículo em que estavam teria sido encontrado uma mala com armamentos e munição. No boletim de ocorrência que registrou o suposto acidente consta “foi dada ciência à polícia às 20 horas, do dia 8 de novembro de 1968, três policiais se dirigiram ao local constando que na altura do quilometro 69 da BR 116, o volkswagen 349884, São Paulo, dirigido por seu proprietário João Antônio dos Santos Abi-Eçab, tendo como passageira a sua esposa Catarina Helena Xavier Pereira, nome de solteira, havia colidido com a traseira do caminhão de marca Desoult, placa 431152/RJ, dirigido por Geraldo Dias da Silva, que não foi encontrado. O casal de ocupantes do volkswagen faleceu no local. Após o exame de praxe, os cadáveres foram encaminhados ao necrotério local”. Suspeitas recaíram sobre o acidente desde o início, conforme notícia publicada no Jornal Última Hora, de 20 de novembro de 1968, com o título Mariguela, Polícia procura outro estudante, “apareceu também um motorista que teria visto o volkswagen em que viagem João Antônio e Catarina, disse o chofer, cuja identidade é mantida em sigilo. Que o carro dos estudantes era perseguido por uma viatura policial e que os agentes da lei disparavam sem cessar contra o volkswagen. Uma bala teria atingido João Antônio que perdeu a

direção e o carro bateu na traseira de um caminhão, em resultado do choque violento ambos os estudantes morreram”. No Jornal Última Hora, de 22 de novembro de 1968, cuja manchete era “Esta confusa história da metralhadora”, investigador de polícia da Delegacia de Vassouras, Antônio Lanceroti, que foi ao local do acidente, afirmou à reportagem é impossível acontecer um desastre da forma como ocorreu no quilometro 69. É verdade que na Rio-Bahia sempre há uma batida ou outra, mas nunca em uma reta de quatro quilômetros, há suspeitas de que o casal vinha sido seguido e mais tarde empurrado contra o caminhão. Eu acho que é bem provável que isso tenha ocorrido. Na matéria consta também o depoimento de Júlio Rof Jacker que fazia o trabalho fotográfico para a polícia de Vassouras. Irritado, proibiram-lhe de documentar o material das sacolas encontradas no carro, ele afirmou “não é por nada, mas sempre me chamaram para ajudá-los, a delegacia daqui vive de ajuda, pois nem carro tem. No dia do desastre, bateram em casa e contaram que havia um acidente feio na estrada, com vítimas, pediram para auxiliados, peguei a máquina e no local fiz o trabalho, fotografei os dois carros de vários ângulos diferentes e quando pretendia fotografar as sacolas, o comissário disse que não podia e em seguida foi embora com elas. No chão, pude ver algumas balas de revólver e mais nada. Não sei qual foi a opinião do pessoal sobre o desastre, mas eu não acredito em acidente, alguma coisa aconteceu, não sei o que, mas desconfio, naquela reta é impossível bater. E sobre a metralhadora Júlio tem quase a mesma opinião da cidade, acho que foi plantada, poderiam tê-la colocado na sacola, quem sabe?

A Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos políticos teve acesso à cópia do processo 206/69, arquivado no STM, com informação dos órgãos de repressão sobre o caso e a cópia do processo E06/07/0928/2004, instaurado pelo estado do Rio de Janeiro, que não apresentaram dados conclusivos.

Na tentativa de obter informações sobre as circunstâncias da morte casal, o relator Belizardo dos Santos Júnior colheu também os depoimentos de Aloísio Elias Xavier Ferreira e de Márcio Edgar Paulielo, incumbindo pelas famílias de buscar os corpos na cidade de Vassouras.

Reportagens feitas pela jornalista Caco Barcellos, veiculadas no jornal nacional, da TV Globo, em abril de 2001, desmentiram a versão policial de acidente e demonstraram que João e Catarina foram executados.

Caco Barcellos entrevistou o ex-soldado Valdemar Martins de Oliveira, que relatou algumas operações de segunda, entre elas a prisão, a tortura a execução de um casal de estudantes. O casal era suspeito de ter participado da execução do capitão do exército norte americano, Charles Rodney Shandler, em 12 de outubro de 1965, feito pela ALN e FPR.

Valdemar reconheceu Catarina como uma das pessoas que foram presas torturas e executadas em sítio em São João do Mereti, e afirmou que os órgãos de repressão após execução forjaram um acidente o jornalista entrou em contato com a família de Catarina, que concordou em proceder à exumação de seus restos mortais. O lado da exumação, elaborado pelos legistas, Carlos Delomonte e Isac Jaime Sayeg, em 23 de julho de 2000, concluiu que a morte foi consequência de “traumatismo crânio encefálico”, causado por ação vulnerante de projétil de arma de fogo”. Sua morte ocorreu em decorrência de um tiro que a atingiu pelas costas. Além disso, os legistas não encontraram sinais de autópsia feita anteriormente. A “causa mortis” apresentada em 9 de novembro de 1968, pelos médicos Pedro Saulo e Almir Fagundes de Souza, do IML de Vassouras, foi “fratura de crânio com afundamento acidente”. O relator Belizardo dos Santos Júnior, na tentativa de obter mais informações, realizou diligência ao Conselho Regional de Medicina do Rio de Janeiro e conseguiu entrevistar, por telefone, o médico Almir Fagundes de Souza, cujo nome consta no dossiê de Mortos e Desaparecidos políticos, a partir de 1964, como um dos legislas que “admite a possibilidade de Dr. Pedro Saulo, diante das informações prestadas pela polícia e dada a sua pouca experiência, sequer ter necropsiado a calota craniana, que acredita que esse caso possa ser um dos primeiros casos analisados de Pedro Saulo”. Para o relator, as teses de acidente ou de detonação dos explosivos ficaram descartadas, segundo ele “a reportagem de Caco Barcellos e as providências que a ela se seguiram, introduziram duas novas possíveis versões, um: prisão, tortura e execução do casal, seguida de uma cena de acidente na sequência; dois: perseguição do volkswagem, por agentes do Estado, com disparos fatais”. Para ele, ambas as hipóteses são verossímeis e então amparadas na prova e conduzem ao mesmo resultado o da responsabilização do Estado, assim concluiu Belizardo. Presentes as condições legais e após detida análise de toda a prova, defiro o pedido inaugural, reconhecida a condição de Catarina Helena Abi-Eçab e de João Antônio dos Santos Abi-Eçab, como mortos por ação de agentes do Estado, no período previsto pela lei.

Na Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos políticos, os casos de Catarina Helena Abi-Eçab, 090/02, e de João Antônio dos Santos Abi-Eçab, 026/02, foram aprovados por unanimidade em 2 de agosto de 2005. Seus nomes constam dos dossiês dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964, no Capítulo Outras mortes, por quê? Embora as mortes fossem suspeitas, até então a Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos políticos dispunha apenas da versão policial. As informações aqui apresentadas foram extraídas do Livro Dossiê Ditadura Mortos e Desaparecidos políticos no Brasil, 1964-1965, publicado por Ieve, juntamente com a imprensa oficial de São Paulo, no ano de 2009.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Com a palavra o Dr. Belizardo.

**O SR. BELIZARDO** - Bem, boa tarde a todas e todas, meu caro Adriano Diogo, Belinha, Ivan, Sr. Valdemar, meus caros amigos, este caso ainda hoje me emociona muito, ele me emociona, porque afinal de contas eram dois jovens que nascidos por volta do ano, ao final da década de 40, como eu, e que tinham uma vida pela frente. Mas emociona também, porque meses antes disso ser deslencado, havíamos todos tido batismo de sangue, do Frei Beto, em cuja primeira versão esse caso ainda figurava e esse caso teria sido retirado nas edições seguintes, porque sobre ele pesava fundava dúvida, afinal de contas um acidente sempre poderia ter ocorrido e ocorria aos militantes da esquerda, os opositores da ditadura. Mas a razão principal é que Pedro Abi-Eçab que é sobrinho de Catarina e João Antônio, e que hoje honra o Ministério Público, do Estado de Rondônia, e ali faz um trabalho importante em relação das crianças, das mulheres, em relação a várias das questões que assoberbam o Ministério Público, ele havia me procurado e que desconfiava dessa versão. Logo depois, Caco Barcellos traz a sua reportagem, mas esse era um caso que era colocado por todas as partes como acidente, a coincidência ou a vida fez com que me fosse distribuição à Comissão de Mortos e Desaparecidos e ali eu constatei que a gente praticamente esperava que esse era um acidente montado, tenho firme convicção, coloquei isso, isso foi aprovado, essa versão é a versão do Estado brasileiro, a versão do Estado brasileiro hoje não é do acidente, a versão do Estado brasileiro hoje é de que eles foram assassinados, a dúvida da forma pela qual eles foram assassinados, mas não há dúvida de

que eles tenham sido assassinados pela polícia da ditadura civil militar. Acho que meu voto foi praticamente lido na sua íntegra, o voto é muito longo, mas queria chamar a atenção deste plenário Deputado Adriano Diogo, que V.Exa. tão bem coordena nessa importantíssima Comissão da Verdade, Rubens Paiva, que neste caso, este caso é exemplar. Neste caso, antes de a polícia que estava a algumas centenas de metros chega ao local a polícia política e seguramente ali colocam armas, colocam explosivos que nunca foram pensados e nunca teriam sido utilizados por aqueles militantes, eu digo isso porque em uma cena de crime o carro não foi periciado, o caminhão contra o qual supostamente ele tinha atingido não foi periciado, mas a metralhadora foi periciada, a metralhadora pode já ter chegado periciada ao local, porque este era o elemento que importava colocar no local do crime. Nunca foi indagada da falta de omissão de socorro a João Antônio que, segundo várias testemunhas, teria saído do carro com vida, nunca. O caminhão que teria sido atingido pelo veículo foi reparado pelo exército brasileiro, há uma testemunha que foi ouvida e que agradece que o exército brasileiro tenha reparo o caminhão que havia ajudado a compor a cena do crime, ou seja, a polícia política chega, o exército chega e não chega a polícia comum e jamais chegou a perícia, e mais tarde quando à mercê da autorização dada pela família de Catarina se procede, e pela coragem do jornalista Caco Barcellos, à necropsia do corpo e do crânio de Catarina se verifica que aquela história de acidente era uma balela e que ela havia sido atingida por um tiro disparado de forma que poderia ter sido uma execução, como Valdemar fala, e poderia ter sido uma perseguição que os jornalistas que também chegaram ao local e não se conformaram com a versão de acidente que já vinha pronta e eles ouviram inúmeras pessoas, essas inúmeras pessoas dizem, “João Antônio saiu com vida do carro e a polícia vai dizer que encontrou dois cadáveres”. Algumas testemunhas dizem que o carro zigzagueava pela pista e possivelmente um dos parentes de Catarina, ouvida pela Comissão, ouvido por mim, ele dizia que “o choque havia se dado como nenhuma precaução houvesse em parar o carro antes do choque”, ou seja, se foi essa a história que ocorreu, as pessoas que ali estavam haviam sido baleadas e estavam sem qualquer controle quando o carro se chocou contra o caminhão.

Muito curiosa também a história que me foi pessoalmente contada pelo segundo legista, o segundo legista disse que “nunca subscreveu esse lado” e apertado um pouco na conversa telefônica que mantive acompanhada por dois advogados, essa é uma forma de

prova prevista na nossa legislação, e eu tenho o áudio dessa entrevista, com o segundo médico legista, mostra também uma característica da ditadura, o segundo legista não via nada, não assinava nada, mas ele prestou elementos interessantes para o carro que é dizer que o primeiro legista era nova, que não tinha nenhuma experiência, talvez por isso mesmo escolhido para primeiro legista e que seguramente ele não teria feito a necropsia, como havia acontecido em outros casos, que este médico cujo depoimento eu tomei, que é o médico Almir Fagundes de Souza, ele disse que “seguramente esse médico não haveria, Pedro Saulo, que quando nós estávamos com o processo já havia falecido, esse médico não teria feito o laudo, a necropsia, teria subscrito a história, preparada pela polícia políticas”.

Há outras dramáticas coincidências, eu lei apenas trechos que não foram lidos aqui das provas que obtivemos só para que vocês todos saibam que essa é uma história exemplar de como se montavam os acidentes à época da ditadura. Eu digo ao final do voto que “a possibilidade de detonação de explosivos que transportavam é afastada por falta de qualquer indício ou evidência nesse sentido, havia uma história de que poderia terem explodidos os explosivos”, inclusive alguns grupos de direitos humanos sustentaram isso, essa hipótese eu afastei por completo, “a hipótese sempre possível de um assaltar que, enquanto a história do militar Valdemar era divulgada, o site “ternuma” divulgou várias possíveis outras possibilidades de história, e eu como relator fui afastando uma por uma. A história do assalto era absolutamente contrária à prova dos autos, até porque houve dinheiro e armas encontradas, como metralhadoras, supostamente portada por eles e dinheiro e, portanto, não rima com essa história. A versão oficial do acidente é muito precária, o inquérito tem falhas gritantes, não houve perícia dos veículos, não houve perícia do local, não houve perícia necropsia, as testemunhas valorizadas pela imprensa nunca foram ouvidas, inclusive as testemunhas que haviam dito que João Antônio havia saído com vida do carro. As testemunhas que foram ouvidas são aquelas que o dono do caminhão disse que estavam bêbadas no bar e ele deu carona, a testemunha ouviu possivelmente as pessoas que não tinham menor condição de contar. O laudo necrótico de Catarina, elaborado após a exumação, é categórico, ela morreu de disparo de arma de fogo, o fundamento que havia sido identificado a olho nu pelo legista, rima com a história de que ou por tortura ou depois de perderem os sentidos e a própria vida talvez colidiram contra um obstáculo.



A reportagem de Caco Barcellos introduziu outra versão, a versão do assassinato por perseguição, qualquer uma delas eu entendi que era razoável, e eu não afastei a possibilidade, nunca afasta a possibilidade que é trazida pelo soldado Valdemar Martins de Oliveira, ela assim como a perseguição em vida por veículos militares e policiais rima com o achado da perícia, que é a perfuração do crânio de Catarina. A família de João Antônio impediu a sua exumação, mas sabemos nós todos como é que lidamos com a dor, cada família sabe como lida com a dor dos que lhe são mais caros, eu digo que a tese da perseguição e da morte por tortura tenham igual verossimilhança, mas seguramente a versão oficial do acidente de trânsito nenhuma versão tem, com a perfuração causada por projétil de arma de fogo foi achado e elevado resíduo de chumbo e, portanto, não há dúvida de que a Comissão de Mortos e Desaparecidos desmontou e a reportagem Caco Barcellos, e a militância dos familiares desmontaram essa história. A prova é suficiente, entende eu, para dar pela indenização e enfim eu digo ao final do voto que talvez a história um dia nos possibilite resolver qual das duas formas de morte foi a que eles sofreram, acho que nós devemos isso, minha cara Amelinha, minha cara Suzana, a família, acho que hoje é possível que a gente saia dessa dúvida e eu disse que o direito não tinha paciência, não poderia esperar pela solução dessa dúvida, morreram por tortura, com tiro final, morreram de perseguição policial indefesos, mas a história teria paciência para um dia encontrar essa verdade, a justiça tinha pressa, mas a história tinha paciência, e quem sabe hoje não agregaremos algo, meu caro Caco Barcellos, a esta história. Sr. Presidente era o que me ocorria dizer, agradeço por poder dar o meu testemunho em um caso que ainda hoje me emociona, jovens que encontram o fim, como tantos outros, nessa luta contra a ditadura, talvez eles onde estiverem saibam que, ainda que os presidentes militares tenham ido ao final de seus mandatos, ainda que um Supremo Tribunal equivocado tenha dado pela anistia de seus algozes, na realidade, a verdade que vai prevalecer é a verdade que eles buscavam, é a verdade de que a ditadura não sobreviveu à democracia com todas as falhas prevaleceu.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Então, esse resumo que o Dr. Belizardo fez, é o voto que ele como relator proferiu nesse processo de Catarina Helena Abi-Eçab, pela Comissão do Estado brasileiro, pela morte dos desaparecidos, esses textos estão todos à disposição, Danilo eu peço até que você venha aqui para que a gente consiga

acertar essa transferência para o meio digital, para disponibilizar para todas as pessoas que estão aqui na sala, o Dr. trouxe esses documentos que estão à disposição e a gente também terá em meio digital para disponibilizar esse corajoso voto, que foi proferido em 2005. Então, a gente quer disponibilizar esse voto a todas as pessoas que Dr. Belizardo, como relator proferiu à época.

Bom, sem maiores delongas, vamos passar a palavra ao soldado Valdemar Martins de Oliveira para ver se eu faço uma introdução da sua vida militar, passar pelo caso e nós continuarmos, queríamos agradecer a sua coragem, seu desprendimento nesse momento contribuindo para a Comissão da Verdade e a partir daí começaremos com pessoas corajosas que não tem medo de enfrentar esse sistema, vamos ver quantas coisas poderemos esclarecer, principalmente nesse caso, e demais coisas que o Sr. tenha visto ao longo da sua vida, muito obrigado, com a palavra o Sr. Valdemar Martins de Oliveira.

**O SR. VALDEMAR MARTINS DE OLIVEIRA** – Sr. Presidente, mesa, repórteres, imprensa e demais presentes, eu tomei essa iniciativa de vir prestar esse esclarecimento aqui na Comissão da Verdade, como já fiz na Comissão Nacional da Verdade. Esse caso, nos idos de 2000, nós fizemos uma matéria, inclusive está presente aqui nos autores da matéria que é o Luiz Malavota, que estava na rede Globo, essa matéria foi veiculada pela rede Globo, e as famílias puderam ter um norte do que aconteceu com esse casal. Ali eu já estaria satisfeito, porque se ficou sabendo por meio de votos corajosos, como o meu antecessor disse aqui, resolveram-se essa questão, não totalmente, mas hoje talvez a gente sai com isso daqui definitivo. Na época, eu não pude dizer o que direi hoje aqui, porque estava no Leme com o repórter Caco Barcellos e o cinegrafista Américo Figueroa, em um hotel no Leme, e liguei para minha casa e meu filho disse que tinham duas pessoas na sala da minha casa, que eram amigos meus do quartel, e me passaram o telefone, então eu não pude, não deixei de entender o que me foi dito, que eles visitariam a minha casa novamente se caso eu falasse alguns nomes. Então, naquela época peço até desculpas aos repórteres, porque a imprensa do Brasil é que fez essa história de fato. E gostaria de fazer um adendo aqui, eu não sou militar da ativa do exército, já fui, eu fui militar por duas ocasiões, foi na década de 60 e agora recentemente há dez anos, um pouco mais de dez anos, de 1998 até quase final de 1999, os Srs. saberão como se deu isso,

é uma coisa bastante a ser esclarecida também, por questões da justiça militar e das atitudes de alguns militares, quero deixar claro aqui também, que as Forças Armadas como instituição não quero julgá-las de forma nenhuma, quero julgar e falar sobre... julgar não desculpem, falar sobre pessoas que usaram uniforme, talvez de uma forma muito indevida, e cometeram crimes estando como militares.

Eu incorporei ao exército, meu nome é Valdemar Martins de Oliveira, fui incorporado às fileiras do exército, serei sucinto, estão aqui as pessoas se quiserem perguntar a gente pode esclarecer as dúvidas. Meu nome é Valdemar Martins de Oliveira, eu fui incorporado às fileiras do exército brasileiro em 15 de janeiro de 1968, no núcleo de divisão aéreo terrestre, regimento Santos Dumont, no Estado efetivo do 2º Batalhão, Companhia de Petrechos Pesados, hoje vigésimo sétimo batalhão de infantaria paraquedista na vila militar do Rio de Janeiro. Após terminar os cursos básicos de paraquedistas, de soldado e alguns outros, deixarei claro o por que disso, não quero que entendo de outra forma, mas eu fui primeiro colocado nesses cursos e talvez por isso eu esteja hoje aqui, falando aos Srs. E quando terminaram esses cursos, o então Coronel Comandante do Batalhão, Fernando Valente Pamplona, mandou-me chamar até o PC, chegando lá eu encontrei dois Capitais, um era da própria unidade e o outro era Fred Perdigão Pereira, e esse da unidade chamava Rubens Pain Sampaio, era paraquedista do exército, dada... e talvez por eu ter conseguido uma nota boa nos meus cursos, determinaram-me que eu ficaria sobre ordens daqueles oficiais e no mesmo dia esse Capitão Pereira que a gente iria tratar de alguns assuntos, então nós fomos à garagem do 2º Batalhão, aliás, ele disse que a gente iria se reunir em breve. Passado um tempo, de fato, isso aconteceu e nessa reunião foi dito que a gente teria algumas aulas no quartel e de fato começaram a acontecer com militares das unidades e de outras unidades também, e não só lá no 27º, também participei de uma ou duas, duas salvo engano, na 1ª Companhia da PE, na vila militar, que é muito próximo aos quartéis paraquedistas. E nessas aulas falavam-se sobre comunismo, sobre a esquerda, vocês devem imaginar, os mais novos não, mas os mais antigos sabem o que era o tratamento do regime militar com respeito a esquerda, até hoje, como foi dito aqui pelo meu antecessor, novamente, esses sites que são muito contraproducentes para a democracia e também inclusive para as forças armadas, porque se dizem representar e não é nada disso, não representam de fato nada, é o meu entendimento, desculpem, como eles costumam

falar, a gente também tem o direito de falar, nós estamos em uma democracia hoje, graças a Deus. Então, nessas aulas em que participavam esses militares eram ensinado a tirar foto, seguir pessoas, montagem e desmontagem de explosivos, e muitas outras coisas mais que são pertinentes ao serviço de inteligência. Eu, na época, muito pouco participei, mas tem gente que pode saber que tem uma coisa muito efetiva dentro das forças armadas isso daí. Muito bem, passado um tempo, começaram a montar equipes para que fossem trabalhar fora do quartelamento para esse serviço de tirar foto, como estava acontecendo bastante movimento de estudantes, operários, então foi me dito que era para eu me hospedar no hotel, na Rua Gomes Freire, no Rio de Janeiro, e tirar fotos, e assim eu procedi. Essa foi a das primeiras vezes que nós saímos, porque tinham várias equipes montadas, as outras às vezes a gente nem conhecia.

Passado algum tempo, dessas idas e vindas do quartel, soube-se por meio do centro de inteligência do exército, calculo eu, que um casal de jovens no Rio de Janeiro, procedentes daqui de São Paulo, que estariam envolvidos na morte do Capitão Shandler, então foram postas várias equipes na rua para que se localizassem esses estudantes que estavam no Rio de Janeiro, eu, fui um deles. E dentre essas fotos que todo mundo tirou, essas fotos eram levados para o comissário do batalhão para que fossem reveladas, mediante essas fotos, não sei se eu ou alguém que tirou, eram vários filmes, aquele tempo era filme, que foram entregues, apareceu esse casal, que eu fiquei sabendo muito tempo depois ser Catarina Helena e João Antônio Abi-Eçab, depois de muito tempo, não sabia que os nomes deles eram esses, porque os nomes que constavam nos papéis que acompanhavam essas fotos eram Edmilson ou Leocadia ou Cristina, esses eram os nomes, inclusive essa documentação Sr. Presidente foi entregue ao Capitão Valmir do Cerqueira, no 27º Batalhão de Infantaria com tudo isso e mais documentos, em 1998, data da minha apresentação.

Então, descobriram que esse era o casal que estaria envolvido na morte do Capitão e, de fato, se provou futuramente que não era nada disso, eles não estariam envolvidos em nada disso, mas naquela ânsia de dar satisfações ao exército americano, aos Estados Unidos, saíram várias equipes loucas por ai e muita gente pagou muito caro, inclusive com a vida, e esse casal pagou também, e outros pagaram também, calculo que devem ter pago, porque o que eu posso falar é o que eu li e é o que estou falando aqui.

Muito bem, identificadas as fotos, isso foi questão de dois ou três dias, eles começaram a procurar onde estariam esse pessoal, tem um hotel no Rio de Janeiro, vocês dão um tempo que encontrei o nome, aliás, quando foi feita a matéria do Caco e do Malavota, na Globo, nós filmamos perto desse hotel, mas eu não tinha ideia de que seria, nós localizamos depois, está com um documento aqui, para a gente não perder tempo depois eu passo para vocês o nome. Então, esse casal foi localizado por equipes, varias equipes, inclusive uma das vezes eu fui com um pessoa chamada Miro, em uma rua na Vila Isabel, perto do Maracanã, descobriram-se que por esses dias essas pessoas estariam se reunindo ali, então se montou uma operação para prisão dessas pessoas e aquelas que estariam naquela casa que eu já dei o endereço. E em um determinado dia eu estava no hotel Marialva, na rua Gomes Freire, passou lá Fred Perdigão Pereira, esse Miro, e mais três pessoas, que eu não consegui até hoje identificar quem são. E fomos com mais duas pessoas equipes, eles estavam em uma rural willis, verde com faixa branca, a placa era GB, final 2642, e um volkswagen vermelho, e outro carro que sempre permaneceu à distância, que eu calculo que seja um sedan Dcave, antigo. Chegamos à rua na Vila Isabel, essa rural parou, que eu estava nela, na esquina a quinze, vinte metros, e desceram as equipes e não demorou muito voltaram com esse casal preso, algemado e com a bota tapada com esparadrapo grosso no dois, foram postos na parte traseira da rural que é um porta-malas, e seguiu dali com a rural até a estrada da cascatinha, e essas outras equipes acompanhando, esse Volks mais de perto e o outro mais distante. Chegando lá tiraram esse casal, já batendo, apanhando, tomando tapas, socos, e esse Miro pegou um sinto, apertou o pescoço do rapaz, são as coisas que eu me lembro, porque estava um pouco escuro e eu fiquei desesperado quando vi aquilo, tinha uma cachoeira, eles ameaçaram de jogar eles lá de cima, em dado momento esse Miro deu um tapa na moça e a moça o chamou de covarde, ele deu um soco mais forte nela, ela caiu e desmaiou. Então, eles perguntaram para ele desse Capitão e perguntavam se uma pessoa que se chamava professor e davam um nome que eu não me recordo com qual é. Dali saiu uma equipe com esse rapaz, que já tinha apanhado bastante, e foram procurar essas pessoas que eu não sei o nome, e essa moça foi posta nessa rural e levada a um sítio, não sei se sítio ou chácara em São João de Miriti, isso está tudo filmado pela rede Globo, o Malavota participou, o Caco Barcellos, e não foi localizado esse sítio, mas chegando ao sítio, era uma casa de fazenda, com varanda simples,

mas lá tinha uma pia, e um latão de duzentos litros cheio d'água, com um... no latão, onde puseram um cano e fizeram um pau de arara, que eu creio que já estava improvisado aqui ali, e tiraram a roupa dessa moça e deram choques, bateram bastante nela, muito. Até que dado momento ela não respondia mais, quem viu um absurdo desse sabe o que é. Tiraram ela de lá, estava sem reação, e chegou o rapaz com as outras equipes, ele deve ter apanhado muito, ele chegou sem condições, e chegaram várias pessoas que eu calculo que esse professor tenha vindo, mas eu não posso afirmar, porque a gente tem que falar o que viu, foi levado para outro cômodo, mas estavam sem resposta, tinham apanhado muito, então eles puseram os dois deitados um do lado do outro e o comandante da operação, em determinado momento, chegou e disse “esses não servem para mais nada” e atirou na cabeça de cada um, nessa posição na cabeça de cada um, estavam deitado os dois do lado. Antes de acontecer isso, eu disse para esse Miro que não concordava com aquilo, não fui treinado para aquilo, a gente tinha sido treinado para ir a uma guerra, e não a um absurdo daquele. Então, eles me pegaram pelo pescoço, me encostaram na parede e andaram me dando umas, me educando, como se diziam, me diziam que eu era comunista, que eu era esquerdista, que eu estava mudando de lado, e dali me mandaram levar embora para o hotel para eu pegar minhas coisas e voltei para o quartel. Daquele dia em diante, eu fiquei em uma situação bastante difícil, porque a desconfiança do pessoal ficou bastante comigo. Para a gente fechar esse caso, após isso aqui, eu fique sabendo por meio de pessoas que estavam presentes que esse acidente entre aspas perto de Vassouras foi arranjado, foi vindo com o carro, feito o rastro de frenagem e foi dado ré com o caminhão, isso tudo ajeitado, tudo acertado, porque as fotos, tinham fotos que deviam e devem estar em algum lugar com rastro de frenagem do fusca que vai até metade do caminhão, nunca vi uma coisa dessa, esse é um dos erros que os Srs. constaram, creio eu. Outra é a tal da metralhadora, essa metralhadora, eu tenho aqui o laudo dela, essa metralhadora tem origem, tem número, série e tudo, é uma metralhadora Ina, calibre 45, tem origem Brasília, é só seguir a numeração dessa metralhadora, saberá onde ela chegou e com que estava que certeza não estava na mão desses jovens, porque quando eles foram presos eles não tinham nada, pelo menos que eu tenha visto eles chegarem com isso. Então, é muito fácil rastrear isso, tem número, série, e onde estava, para quem ela foi paga, como é dito no exército, nas forças armadas e militares.

Se alguém quiser perguntar alguma coisa, porque nós vamos entrar na outra situação, se alguém quiser perguntar, eu pergunto.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - O Sr. pode continuar falando por tempo indeterminado. Embora o Sr. esteja contando os fatos lembrando, se o Sr. pudesse falar de pessoas de quem era o sítio, não quero que o Sr. volte, mas se o Sr. puder...

**O SR. VALDEMAR** - Eu não sei de que era o sítio, falavam no caminho, disseram que era o sítio de um Coronel que eu não sei, não posso afirmar. O local eu mostrei para a rede Globo, na época da matéria. Fomos até a Prefeitura e eu não sei o que foi feito lá, isso é uma questão da emissora que fez a matéria.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Só a última vez, se o Sr. pudesse dizer os outros agentes que estavam na execução, na captura.

**O SR. VALDEMAR** - Eu já disse o nome de dois, esse Miro eu não identifiquei ainda, mas parece que brevemente saberemos quem é, e Fred Perdigão Pereira que era um dos agentes que estavam lá e também daqui a pouco os Srs. entenderam o porque estava presente Guilherme Pereira do Rosário, era um sargento paraquedista.

Com aquela questão da desconfiança, aquilo não servia para mim daquele jeito, então, eles me perguntaram se eu conhecia o interior do Estado de São Paulo, eu disse que particularmente Ribeirão Preto, tenho inclusive parentes em Marília, no Estado de São Paulo. Levaram-me inclusive para lá para que eu conhecesse uma pessoa que se chamava Valdir Silveira Melo, era fiscal de... na época. Disseram que eu teria que ficar lá, me deram um Kombi, branca e vermelha, para eu visitar as cidades circunvizinhas e visitar igrejas para ver se tinham padres jovens, mais ou menos isso, eu nunca cheguei com essas informações para eles e me mandaram também por duas vezes levar envelope lacrado que eu levei para Ribeirão Preto entregar para um Delegado chamado Dr. Renato, e aquilo não estava servindo para mim, eu disse que não queria mais aquilo e que queria voltar para caserna, queria continuar a minha vida de militar. E determinado eu falei que iria para São

Paulo, para casa da minha mãe e o pessoal do Rio de Janeiro, esse Miro, com mais três pessoas, que eu não sei quem são, marcamos de nos encontrar na casa da minha mãe para ver o fim que daria nessa intenção minha que eu tinha de voltar. Chegando lá, eles de fato foram a casa da minha mãe, minha irmã, eles me falaram que eu teria que fazer a mesma coisa que eu fiz no Rio de Janeiro, que seria fotografar pessoas e seguir pessoas aqui em São Paulo, na Avenida Henrique Schaumann, onde tinham uns bares, não sei se ainda tem, antigamente tinham, e eu disse que não, não iria fazer isso, eu queria voltar ao quartel e seguir a carreira militar. Devido a minha insistência que não ia mesmo, eles começaram a me agredir dentro da casa da minha mãe, me quebram o braço esquerdo, eu cai com a cabeça na mesa de centro, agrediram a minha mãe, mas eles pensaram que tinham terminado o serviço, porque eu cai e bati muito forte a cabeça, e foram embora. A minha irmã foi atendida, sofreu um aborto na época, minha irmã, e eu fui atendido no pronto socorro do Tatuapé, em São Paulo. No outro dia, quando eu estava com o gesso no braço, eu fui embora dali, porque eles me prometeram que voltariam e que a coisa complicaria, e muita gente sabe o que significa isso, a gente encontra... eu andei por vários lugares depois, e depois de um tempo eu encontrei o Valdir Silveira Melo, já era juiz auditor militar, em São Paulo, na Avenida Brigadeiro Luis Antônio, eu fui falar com ele, e ele disse para mim, com essas palavras, aliás, eu tenho o cartão com o telefone dele, da casa dele, comigo, ele me disse com essas palavras, após ele dar alguns telefonemas, isso foi em 1978, ele disse “suma, você desapareça do mapa, que será bom para você, não fique aqui”. Se o juiz fala isso para mim, eu sumi, fui embora. Um pouco depois, eu não posso precisar data aqui, mas posso futuramente, eu entrei em contato telefônico com o Coronel Fernando Valente Pamplona, grande militar esse, que nunca participou desses absurdos e sempre foi contrário, isso eu sei e ele disse que iria me ajudar, infelizmente logo após essa conversa que eu tive com ele, ele teve um acidente com paraquedas em Foz do Iguaçu e veio a falecer. Passado um tempo, eu encontrei por acaso o Valdir Silveira Melo que já não era mais juiz, ele tinha aposentado, na rua Carlos Gomes, em Marília, e ele me disse que iria ajudar, porque ele estava advogando e iria me ajudar. Coincidentemente também, passado algum tempo, ele sofreu um acidente de automóvel e faleceu. E eu venho nessa luta, tentando contar essa minha história faz muito tempo, e como eu disse, a imprensa foi a que me ouviu, porque autoridades civis e militares, que eu tentei falar isso não consegui êxito.



Isso até o ano 2000. Com toda essa matéria que saiu, saiu no Brasil e no mundo, na imprensa, nenhuma autoridade me procurou para dizer “escuta, o que está acontecendo? O que aconteceu?” nem civil e nem militar e eu procurar, como provarei aos Srs. Eu, como disse, Valdir também sofreu um acidente e faleceu, eu sempre querendo resolver essa questão da minha cidadania, queria resolver isso e nós já estávamos quase na metade dos anos 90, com anistia, com Constituição nova de 1988 e eu não conseguia chegar ao ponto de explicar de uma forma, como estou fazendo hoje aqui, aliás, fiz há tempos na Comissão da Verdade, não em público, aqui está sendo em público, que essa que é a realidade, Comissão Nacional, é assim que tem que se fazer, aberto para todo, aja, faça, mas faça aberta, para que as coisas fiquem bem claras. Muito bem, em 1990, eu não posso precisar, entre 1996 e 1997, eu encontrei o General Benedito Onofre Bezerra Leonel, que era chefe do Estado Maior das Forças Armadas, em um jantar em Avaré, perto da cidade que eu moro, e eu contei essa história para ele, se bem que naquela questão de jantar não contei tudo, mas contei para ele e ele disse que era para eu procurar o Capitão Curso, um auxílio dele, me deu o telefone e fazer por escrito e ele daria solução nisso. Então eu fiz, procurei o Capitão Curso que me informou que eu deveria procurar pelo juiz de fora, o General Osvaldo Pereira Gomes, que, aliás, ele foi da Comissão de Mortos e Desaparecidos, procurei ele, aliás, eu tenho alguns manuscritos dele e uma fita gravada. Entreguei a documentação para ele, conversei com ele, tenho testemunhas que estavam como lá, que foram comigo, não que participaram da conversa, porque a conversa foi entre nós dois, ele disse que eu me apresentasse no 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista que é a origem, onde eu servi de princípio. Nós ligamos para o Subcomandante Paulo Roberto, ele me disse que se lá eu me apresentasse, isso em 1998, eu seria preso, porque existia contra mim um termo de deserção. Esse termo era de 1968, qualquer advogado recém formado saberá que um crime com esse tempo é prescrito, e qualquer cidadão que tenha mais de 45 anos está desobrigado totalmente com as forças armadas, a não ser que ele tenha cometido de fato outro tipo de crime, mas por deserção estaria prescrito, mesmo assim eu fui ameaçado de prisão e tenho provas documentais para isso. O General Gomes fez, aliás, ele rascunhou um “habeas corpus”, salvo conduto, e eu fui falar com meu irmão que é advogado, ele fez um “habeas corpus”, aliás, subscreveu esse “habeas corpus” e nós tivemos êxito, peguei esse “habeas corpus” e me apresentei no 27º Batalhão de Infantaria Paraquedista. Eu me apresentei no

dia 10, pegarei a data aqui, de março 1998, fui recebido pelo Capitão José Vanil dos Santos Sequeira, que após tomar conhecimento dos fatos, receber toda a documentação que apresentei, como já disse aqui, solicitou a presença de um militar do S2, para que não sabe é o serviço reservado do exército, para que ele tomasse de ofício as minhas declarações, então eu fiz, tudo isso que estou dizendo aqui, com documentos probatórios, entregando na mão dele, ele fez esse procedimento documental no quartel. José Valmir dos Santos Cerqueira é o militar que me atendeu.

Muito bem. No outro dia, isso fazia trinta anos que eu estava fora do exército, após eu ter me apresentado, eles me reincluíram no serviço ativo do exército, com 46 anos de idade, fui soldado mais velho do exército, porque eu não soube de uma pessoa que tivesse essa idade e fosse soldado do exército recruta, como foi colocado. Fiquei aquartelado por quase dois anos, prestando serviço, como estão nos boletins internos da organização militar, e no fim de 1999, eu estou deixando uma coisa para trás que eu gostaria de falar. Esteve na minha casa o general Benedito Bezerra, com o general Gomes, inclusive foi uma oportunidade que ele deu uma entrevista no rádio e eu tenho uma gravação. Fui ao general Gomes para ver qual seria a situação, porque estava longe da minha família, oitocentos quilômetros, ganhamos como EV, para que não sabe é efetivo variável, com quarenta e tantos anos de idade, recebendo como efetivo variado, e os recibos como me pagavam, eu tenho que já apresentei aqui à Comissão. Ele disse que iria pedir, como de fato fez no rascunho de próprio punho, pedindo a minha reforma, baseado em preterição de promoção. E eu fiz, assinei e mandei, até hoje eu não sei para onde foi, que fim levou, mas tenho aqui protocolado, mas não sei que fim levou. E também a questão do inquérito, ou sindicância que tenha sido iniciada também, não fiquei sabendo, porque em 1999, eles me licenciaram sem mais nem menos e eu fui embora para a minha casa que a situação que eu estou até hoje. Eu recebia com recibo da Companhia de Apoio do Furriel, três meses, dois meses, está aqui, recebido o comandante da Companhia de Apoio, a importância de tanto, referente a março, abril, maio, janeiro, fevereiro, esses documentos estão aqui, juntados para as pessoas verem.

Então, eu gostaria de deixar algumas coisas bastante claras, eu não estou aqui para dizer que as forças armadas tomaram alguma medida errada com respeito a minha pessoa ou qualquer outra, eu acho que pessoas vestiram uniformes e determinada hora tomaram

algumas atitudes erradas e quando se falam nessas pessoas que nos diminuem, que acham que a gente está mentindo, que a gente fala, entendeu, e fala mesmo nomes impróprio, tratam autoridades com desrespeito, até a Presidente da República tratam com desrespeito, eles não tem limites, a mim então quase me acabaram quando saiu essa matéria no ano 2000, mas a gente sabe que é verdade. E esses sites disseram que eu era um simples recruta, etc., que barbaridade aquela, mas no fim, veio a prova de que o casal morreu de uma forma diferenciada do que disseram, isso era importante para as famílias, e para que a verdade realmente apareça. Então, para essas pessoas, não só, nós estamos em uma Comissão da Verdade, eu quero dizer o seguinte para todo mundo “que a minha proximidade com essas pessoas não se deu à toa, eu não foi uma coisa que foi escolhida”. O sargento Guilherme Pereira do Rosário, que esteve envolvido no caso Rio Centro, ele é da mesma origem minha militar, é da companhia de petrecho pesado, eu também, ele é contemporâneo meu, ele foi cooptado pelo centro de informações, lá nessa época, não só ele, como outros militares, citarei o nome aqui, e ninguém, vejam bem, essa é a minha opinião e a gente paga pela opinião que a gente tem, mas eu não acredito que o sargento Guilherme Pereira do Rosário ou Capitão Machado foram lá, pegaram um puma e foram jogar a bomba por conta própria, têm mandantes. E essa proximidade que o sargento Guilherme tinha com Fred Perdigão Pereira é antiga, de 1968, 1969, então ninguém vai de sã consciência, hoje nós sairemos para matar um monte de gente na Rio Santos, soltarei uma bomba lá dentro, alguém mandou e de patente alta, porque era muito livre para fazer essas coisas, é meu entendimento, porque tiveram, puderam e fizeram com meu nome, cujo eu também tenho direito de ter ideias, então eu vejo o caso do Rio Centro, uma coisa muito mal explicada, quer dizer o seguinte, depois desculpem se eu estiver voltando um pouco, mas se tiver algum jurista eu gostaria de dizer o seguinte, quando eu me apresentei no 27º Batalhão, fizeram um procedimento documental e mandaram esse termo de deserção que tem contra mim lá, mandaram para Justiça Militar, mas eu já tinha um “habeas corpus”, isentando-me de qualquer culpa que me desse ter de qualquer crime, qualquer coisa, e além disso tinha uma decisão de uma juíza, Dr. Maria Lúcia Caron, a respeito do caso que ela dizia que não existia crime, não há falar em crime, porque ele não existiu, mas eu fui processado pelo crime de deserção, estão lá cinco procedimentos documentais contra a pessoa. Fizeram uma IP, para quem não sabe, é Instrução Provisória de Deserção, depois de trinta anos, sem

nunca o exército ter me excluído do serviço ativo, eu nunca fui excluído do serviço ativo, nunca, ele disseram que foram um erro administrativo, então se comete um erro administrativo e eu venho pagar depois de trinta anos que a justiça militar aqui responder processo novamente aqui, quase no ano 2000, isso é importante se falar. Quem julgou, quem voltou, porque essa documentação foi e voltou várias para o quartel e foi refeito vários procedimentos na justiça militar, são cinco, o primeiro já bastaria que é um “habeas corpus”, não se estou errado, mas se o “habeas corpus” vem dizendo que estava prescrito o crime, porque me chamaram de novamente de desertor? Inclusive na imprensa me chamaram desertor hoje, para quem fala mal do presidente, chamar desertor é coisa mais simples do mundo. Esse juiz chama-se Edmundo Franca de Oliveira, para quem se recorda, é o mesmo que julgou Rio centro e disse que julgou baseado no que dizia para ele o Ministro Valdir Pires, ele disse isso na imprensa, que foi pressionado a agir, no caso Rio centro, porque sofreu pressões de militares e outras pessoas, então eu acredito que no ano 2000 ainda nós estaríamos vendo uma situação, por exemplo, o meu caso, peço aqui se algum jurista estiver à disposição de analisar, sou leigo, não estudei, mas aprendi ler e li algumas coisas, então acho que isso devia ser visto também.

Outra questão, esta Comissão se chama Comissão Rubens Paiva, disseram no passado “sujeito... falaram de novo”, mas para mim a verdade aparecerá em documento, vamos ver quem tem responsabilidade, quem agiu certo, quem agiu errado. Esta Comissão se chama Rubens Paiva, dois sargentos e um Capitão da época, sargento Jaci Ocsondorf de Souza e Jurandir Ocsondorf e Souza, que dizem, não estou dizendo, está escrito por todo lugar, que estiveram envolvidos no desaparecimento de Rubens Paiva. Capitão Raimundo Ronaldo e esses dois sargentos, todos paraquedistas meus contemporâneos, e tem mais um major que estaria substituindo o comandante Medina, que se chama Demiur, também paraquedista. Então, quando vierem dizer sobre mentiras, isso aqui não é uma mentira, é uma realidade, é só constatar se essas pessoas não vieram do mesmo núcleo, são do mesmo lugar, onde eu estava. Agora, o preço que eu paguei por não ter ficado, é esse que estou tendo aqui hoje, porque pagarei caro, vocês podem ter certeza de que pagarei muito caro, mas tem uma hora que as coisas têm que chegar ao fim, não pode parar. Se eu lembrar de alguma coisa, se alguém quiser perguntar, eu responderei aos Srs.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Farei uma pergunta, depois eu passo para o Ivan e para a Amelinha. O Sr. falou, além do caso do casal, você falou de um professor, estou com uma lista de pessoas originárias de várias partes do Brasil que morreram no Rio de Janeiro nesse período, de 1969, 1970, 1971, é uma lista muito grande, passarei a lista para o Sr. para não ter que ficar lendo nome por nome, mas se o Sr. pudesse, tem um caso que é muito rumoroso do Rio de Janeiro que é daquele menino Stuart Angel que morreu em 1971, no Rio de Janeiro, no período de 1969 tem o Shaider, tem a Sílvia, o Nelson José de Almeida, o Reinaldo Silveira Pimenta, o Roberto Cieto, o Sebastião Gomes da Silva, espera, deixa eu ver se tem uma pessoa que estou procurando aqui... queria passar essa lista para o Sr., mas se o Sr. pudesse esclarecer primeiro esse professor...

**O SR. VALDEMAR** - Agora de momento será difícil, gostaria que me deixasse uma cópia para eu dar uma olhada, a gente não pode ser irresponsável e falar uma coisa aqui sem, futuramente a gente vê se existe, porque essa pessoa não vi direito, não posso falar.

Outra coisa, esse termo de deserção que foi feito contra a minha pessoa, desculpe-me, mas como se fala vamos falar a verdade, e ver o que a lei determina, então vamos obedecer a lei, esse termo de deserção tem o meu nome errado, nome de dois oficiais errado, e um dos subscritores desse termo de deserção se chama Rubens Pain Sampaio, paraquedista, da época, do regimento dos Santos Dumont, da brigada paraquedista. Esse cidadão é tido como Dr. Teixeira, esse lá da casa da morte do Rio de Janeiro, Rubens Pain Sampaio, esse é um dos subscritores desse termo de deserção que está aqui. Esse Ruben Pain Sampaio é aquele que a Inês disse que obrigou a ela se jogar debaixo de um ônibus e se suicidar, ela pediu o relógio e ele disse isso está escrito na nossa história. Esse é o Dr. Teixeira. Então, quando essas viram um público, desrespeitar autoridades, desrespeitar agentes, pessoas, por mim podem falar, tome atitude, vamos tomar atitude na justiça, como estou fazendo, eu não deveria mexer com isso gente, eu estava contente de ter relatado essa situação lá em 2001, mas o prejuízo que me causaram foi muito grande, porque postaram na internet e fizeram cópias do que disse militares, porque nós temos que respeitar o posto de graduação da pessoa, quando se fala um militar, um coronel, um general, não pode ser uma pessoa irresponsável, simplesmente porque ele não concorda com qualquer coisa, não pode acabar com a vida das pessoas, agora nos dias de hoje. E nesse documento postado na internet

impresso chegou às mãos de muitas pessoas da minha cidade que vieram me cobrar isso, você desertou do exército? Eu falei desertei sim, daquele exército, desse Rubens Pain Sampaio e desses outros mais, eu não gostaria de estar falando isso aqui, porque eu amo o exército brasileiro, mas desse eu desertei. E peguei e fui analisar, então se dizia à época que era a palavra do exército brasileiro indo contra tudo que a justiça militar disse que eu seria inocente no crime de deserção. Então, nós precisamos chegar a uma hora de haver um entendimento a respeito dessas coisas, de respeitar mais a legalidade, a democracia, porque muita gente não experimentou o outro lado, muita gente tem saudade, porque viveu de um lado melhor, aqueles que não andavam direito, chame a lei e batia dura, o cipó pegava mesmo. Então gente se alguém tiver alguma coisa a perguntar, eu responderei, creio que já cumpri com meu papel e como a Comissão Nacional da Verdade eu tenho mais algumas conversas com algumas pessoas, se caso necessário futuro precisarem eu volto aqui novamente, mas eu acho que de momento Sr. presidente eu deixo que se alguém quiser perguntar, eu responderei.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Então, nós vamos organizar, o Sr. tem condição de ficar mais um pouco conosco respondendo as perguntas?

**O SR. VALDEMAR** - Tenho.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Obrigado. Ivan tem a palavra.

**O SR. IVAN** - Os nomes citados aqui, em geral, são ligados à repressão mais assassina. Fred Perdigão foi do DOI-CODI São Paulo e depois da Oban e depois CIE, Casa da Morte; Rubens Pain Sampaio a mesma coisa, Casa da Morte...

**O SR. VALDEMAR** - Um parente, por favor, estou aqui, para mim é muito difícil, mas quando o general Osvaldo Pereira Gomes, que estava resolvendo o meu caso entre aspas, pegou esse documento aqui na mão e viu esse nome, isso é bom de dizer, ele disse, “esse aqui foi o que matou o Luiz Papandreu, cabo”, esse Rubens Pain foi quem matou o Papandreu, ele falou isso, dentro do escritório dele em Minas Gerais, na avenida Rio

Branco, ele disse “esse aqui matou o Vitor Luiz Papandreu, em Petrópolis”, general Osvaldo Pereira Gomes me falou isso.

**O SR. IVAN** - Outros nomes que foram citados aqui são importantes dentro desse esquema de assassinato, o Sr. falou em um delegado chamado Renato, em Ribeirão Preto, o Sr. sabe o sobrenome desse delegado?

**O SR. VALDEMAR** - Não sei.

**O SR. IVAN** - Porque dois delegados torturadores que torturam e violentaram a Madre Cristina Borges, de Ribeirão Preto, um era Amadre Malrian e o outro Renato Ribeiro.

**O SR. VALDEMAR** - Inclusive era envelope lacrado, eu não abria, cheguei lá e entregava, fui uma ou duas vezes que fui fazer isso só, com essa Kombi que foi me dado para fazer esse tipo de coisa.

**O SR. IVAN** - Um que foi citado na época pelos presos era Miguel La Mano e o outro Renato Ribeiro, era para checar se era o mesmo Renato.

**O SR. VALDEMAR** - Que fique claro que foi citado no passado, não sei por quem, estou dizendo que chamava Renato o delegado que eu entreguei esses envelopes.

**O SR. IVAN** - Outra coisa que eu acho que era importante, essa preparação, o que você pode falar mais sobre esses cursos que eram dados, que a gente conversou na conversa preparatória?

**O SR. VALDEMAR** - Apensar de eu ter participado de poucas vezes. Primeiro foi uma declinação contra... tudo se girava em torno de falar do partido comunista, porque o comunismo iria ser implantado no Brasil, e aconteceria barbáries aqui e a gente fica até acreditando, imagino gente com dezoito, dezenove anos de idade, ouvindo o exército, você

traz aquilo no seu coração e como patrimônio seu, ouvindo aquilo todo dia, a gente acaba acreditando, e também esses cursos eram sobre explosivos, sobre psicopessoas, fotografias, guardar bastante o semblante das pessoas, os traços das pessoas, e tinham dois americanos dando esses cursos lá, um se chamava John, não sei o nome exato, mas um tinha o braço marcado de manchas que parece que tinha se queimado no Vietnã, os dois tinham vindo de lá. Então, era alto, loiro, cabelo escovinha, forte, eles eram dois que vieram morar, ele não falavam muito bem, mas era traduzido por pessoas que tinham lá. E eles davam aulas também sobre tortura, sobre tirar confissões...

**O SR. IVAN** - Sobre? Ou davam aula de tortura?

**O SR. VALDEMAR** - Sobre como tirar confissões das pessoas e mais ou menos isso.

**O SR. IVAN** - Esse Jonh é citado também pelo ex delegado Cláudio Guerra, como sendo um instrutor que seria americano ou brasileiro...

**O SR. VALDEMAR** - Não sei se é Jone ou John.

**O SR. IVAN** - Sim, tem um John que é citado pelo Cláudio Guerra, esses cursos o sargento Marival Chaves que prestou depoimento a esta Comissão, também se referiu a esses cursos e isso a sua declaração fala nos cursos do Rio de Janeiro e Marival fala dos cursos aqui em São Paulo, também se refere à presença de instrutores de fala inglesa e segundo ele havia torturas, na aula de prática de tortura, com presos políticos, na sede da PE e depois do DOI-CODI, Oban, inclusive com estrangeiros, uruguaios, argentinos, chilenos.

**O SR. VALDEMAR** - Isso eu não vi.

**O SR. IVAN** - Isso que eu queria saber. Algum outro nome que o Sr. lembra sobre esse período todo que teria alguma ligação com essa repressão?



**O SR. VALDEMAR** - O que eu tenho são os documentos que eu tenho aqui, das pessoas que participaram disso, tanto no passado como agora e que está aqui documentado e os nomes estão expostos nos documentos que provam o que estou falando.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – Boa tarde, eu queria saber do Sr., eu sou Amélia Teles, da assessoria da Comissão da Verdade, Rubens Paiva, primeiro o Sr. entrou no exército como paraquedista em 1968 e testemunhou o caso do assassinato do casal Abi-Eçab, João Antônio e a Catarina Helena, em relação a esse caso, que foi apresentado hoje aqui e que ficou bastante esclarecido tanto com a intervenção do relator como o Sr. esclareceu aqui, eu queria saber que o Sr. confirma que quem matou esse foi o casal foi o Fred Perdigão Pereira?

**O SR. VALDEMAR** - Confirmo.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – Então isso é uma informação nova no caso, porque nós já sabíamos da reportagem do Caco Barcellos com o Sr. e a exumação do corpo, mas é o Fred Perdigão. O Rubens Pain Sampaio participa do assassinato?

**O SR. VALDEMAR** - Não.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – Também queria saber do Sr. o seguinte, o Sr. ficou 1968, 1969, 1970, 1971, 1972...

**O SR. VALDEMAR** - Não. Em 1970 eu tive que ir embora, se eu voltasse eu seria morto.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – Quando aconteceu aquele episódio na sua casa?

**O SR. VALDEMAR** - Em 1970.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – E o Sr. teria algum caso, porque o objetivo aqui é esclarecer os crimes da ditadura, o Sr. tem algum caso além do casal Abi-Eçab que o Sr. possa esclarecer?

**O SR. VALDEMAR** - Não.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – E o Sr. conheceu o Dr. Paulo Malhance e o Dr. José Brantes?

**O SR. VALDEMAR** - Não.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Antes de abrir para os jornalistas, advogados, as pessoas especializadas, deixa eu fazer uma pergunta para o Sr., o casal era ligada a ALN, a ação de execução do Shandler foi feita pela BPR, muitos anos depois, o Pedro Lobo dá uma entrevista e esclarece quem participou da ação, mas o Sr. mesmo no seu relato falou que o Sr. percebeu, não sei se antes ou depois, que aquele casal não tinha nada a ver com a questão do Shandler, e essa passagem, você poderia esclarecer, por favor?

**O SR. VALDEMAR** - Não, eu não disse que percebi, no futuro foi explicado, foi o futuro que disse, quem matou foram outras pessoas, e não eles. Eles pagaram o preço talvez por informações que não correspondiam a verdade.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Sim, mas diante do absurdo, da brutalidade que o Sr. começou a se indignar até na hora, não havia nenhum tipo de interrogatória, praticamente já foi para execução, o Sr. não percebeu...

**O SR. VALDEMAR** - Eu acho o seguinte, a minha opinião, as pessoas precisam ter knowholl para fazer as coisas, acho que eles não tinham knowholl, porque o exército ensina a matar e não adianta falar que não, o exército ensina matar, a pessoa vai ao exército para aprender matar, para uma guerra, e esse pessoal não estava preparado para lidar com uma

situação essa, calculo eu, desculpem, mas bate mais do que é devido e dentro do contexto absurdo que é a torturo, eu não concebo no meu entendimento, mas imaginam os Srs. pessoas treinadas diariamente com porte físico avantajado, agredir uma pessoa que não tem estrutura física para aguentar, às vezes uma pancada, é uma coisa triste de ver, eu sei que tem pessoas aqui que passaram por isso, é horrível ver, imagina quem passou por isso, em um pau de arara, sendo afogado, sabendo que vai morrer, porque as pessoas eram, pelo que a gente lê, porque eu me interessei muito por isso, fui ler, pessoa saber que está condenada a morte, apanhando, pede até para morrer mesmo, como foi o caso de alguns, mas eu não concebo a tortura, não cabe na minha cabeça.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Quais foram os agentes que invadiram a casa da sua mãe aqui em São Paulo?

**O SR. VALDEMAR** - Quatro.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Lembra o nome deles?

**O SR. VALDEMAR** - Não, eu me lembro do Miro só. Eu saberei quem é essa pessoa. Ele é alto, de bigode, cabelo preto, entrada forte no cabelo, bem alto, magro.

**A SRA. AMÉLIA TELES** – Eu deixei de fazer uma pergunta, mas é muito importante para nós, eu queria saber do Sr. se o Sr. acha que o exército tem os documentos a respeito desses casos de mortos, de desaparecimentos políticos?

**O SR. VALDEMAR** - No meu caso, estou falando do meu caso, não posso dizer, por exemplo, o exército... eu entreguei nas mãos do Capitão José Valmir do Cerqueira essa documentação que estava junto com a declaração que eu dei a respeito disso, e tinham documentos que acompanhavam.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Então, Suzana Lisboa quer fazer uma pergunta. Com a palavra Suzana Lisboa.

**A SRA. SUZANA LISBOA** – Boa tarde, sou Suzana Lisboa, da Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos, inicialmente queria agradecer ao Sr., à sua presença e o seu relato nesse esclarecimento. Queria ver se o Sr. poderia nos esclarecer melhor, o Sr. nos disse que quando saiu do seu quartel, foi ter uma preparação coordenada pelo Fred Perdigão e o Major Rubens Sampaio, era isso? Eles coordenaram essa preparação. Então se o Sr. poderia lembrar quem mais fazia parte dessas aulas. E depois o Sr. foi para uma equipe de investigação, quantos membros tinham? Quem eram as pessoas que participavam? Eu já lhe faço as perguntas que eu queria, em que exatamente o Sr. trabalhou, sem ser naquela coisa inicial de fotografar as passeatas? E achava importante que a Comissão requeresse depoimento que ele fez dentro do exército, ao exército brasileiro, para fazer constar e para ter o andamento. E queria também lhe perguntar o que o Sr. sabe a respeito do Luiz Papandero?

**O SR. VALDEMAR** - Quando eu apresentei esses documentos para o general Osvaldo Pereira Nunes, que estava resolvendo essas questões comigo e outras pessoas, ele viu esse documento aqui que é o termo de deserção feito contra minha pessoa, ele viu um dos nomes aqui que é do Rubens Pain Sampaio, ele me disse exatamente isso “essa pessoa foi quem matou o Luiz Papandreu”, isso lá em Minas Gerais. E quanto à questão, a Sra. entenda o seguinte, a partir do momento que eu vi aquilo acontecer, eu não fiz mais nada parecido com aquilo, eu fui embora para o interior, já com ideias de voltar para a unidade e não mexer mais com aquilo. Então, somente essa vez aconteceu isso e nunca mais, inclusive hoje eu sou taxado de desertor pelo exército brasileiro, para as pessoas que escreveram esse documento, esse documento é um problema, mas nós vamos mostrar como é que aconteceu isso daqui para a justiça. Então, eu não posso dizer para a Sra. que tiveram mais algumas vezes, porque não teve. Quanto à equipe, eu sei sempre com esse livro e tinham mais duas ou três pessoas lá que não me recordo o nome. Trocava muito de gente, ali foi muito pouco tempo que participei, muito pouco tempo. Pois não.

**O SR. IVAN** - Só para registro, enquanto passa o microfone. O Sr. Valdemar está entregando para Comissão esse termo exatamente onde tem o nome do Rubens Pain

Sampaio, está entregando também o termo de declarações ao Ministério Público Militar, na presença do general Osvaldo Pereira Gomes, está aqui também o termo.

Comunicação de parecer que são vários recibos, diferente de ser um holerite das forças armadas, são recibos que tem apenas escrito Ministério do Exército, não tem timbre, brasão, que tem o nome do oficial, tem tudo aqui presente, a forma que encontram para ele receber não era um holerite, como qualquer conscrito ou como qualquer militar normalmente servindo as forças armadas, é uma coisa meio informal. Aqui também tem certidão negativa, tem vários documentos, legislação, a identificação dele na auditoria militar, dando todas as providências tomadas com relação ao caso dele, da primeira, segunda e terceira auditoria, a decisão da juíza Maria Lúcia Caran, juíza auditora substituta, em que ela atesta que ele não foi desertor, e petições feitas pelo irmão dele ao juiz auditor, extrato do Supremo Tribunal Militar sobre a situação de Valdemar Martins de Oliveira e com timbre, brasão da República, Ministério do Exército, Comando Militar do Leste, sobre as questões levantadas por ele e esse termo de declaração onde consta o nome do tenente coronel Rubens Pain Sampaio que ele disse não ter conhecido e ser citado pelo general Osvaldo. Então, aqui tem todas essas documentação, que está sendo entregue para Comissão Rubens Paiva.

**O SR. DARCI PASSOS** – Meu nome é Darci Passos, eu sou advogado hoje, mas fui promotor outrora. Pelo que eu entendi das suas declarações, o Sr. participou de uma equipe em que se chegou até o assassinato do casal, e disse Fred teria entrado, não serve mais para nada, teria dado um tiro na cabeça de cada um dos dois. A partir daí, pelo que eu depreendi, o Sr. exerceu um serviço, chamemos de secreto em que não implicava contato pessoal, ou seja, prisão, tortura, assassinato, nada, porque o Sr. teria ido... teriam proposto Ribeirão, depois o Sr. foi à Marília, porque tinha parentes, recebeu uma Kombi e com essa Kombi o Sr. recebeu algumas incumbências bem de tipo serviço secreto, frequentar cidades vizinhas, visitar as igrejas, verificar jovens ligados a essas igrejas, entregar envelopes lacrados a esse delegado Renato, nesse período era remunerado como soldado?

**O SR. VALDEMAR** - Sim.

**O SR. DARCI PASSOS** – E era essa remuneração que era por esses documentos que Ivan citou?

**O SR. VALDEMAR** - Parecido com isso daqui.

**O SR. DARCI PASSOS** – Não era um holerite oficial?

**O SR. VALDEMAR** - Não.

**O SR. DARCI PASSOS** – Durante quanto tempo o Sr. ficou fazendo estes serviços com essa Kombi a partir de Marília.

**O SR. VALDEMAR** - Oito meses mais ou menos.

**O SR. DARCI PASSOS** – A partir daí houve aquela vinda do Sr. para sua casa com os quatro.

**O SR. VALDEMAR** - Exatamente.

**O SR. DARCI PASSOS** – Depois disso, o Sr. nunca mais teve contato?

**O SR. VALDEMAR** - Não. Não tive.

**O SR. DARCI PASSOS** – O termo de deserção, imputa deserção a partir de que data?

**O SR. VALDEMAR** - Ai que se torna estranho, porque o termo de deserção é feito em setembro de 1968. E depois eu fiquei arranchado no quartel até meados de 1969, está aqui.

**O SR. DARCI PASSOS** – Bom, na verdade o termo de deserção é feito para que fique claro do ponto de vista do formal do papel timbrado, etc., dessas coisas que são feitas e a gente sabe bem, para mostrar que o Sr. não podia falar sobre o que aconteceu no fim de 1968, porque o Sr. tinha desertado em setembro, é isso?

**O SR. VALDEMAR** - Mesmo porque, o que me faria à culpa de fato, nesse ato, seria a minha exclusão do serviço ativo, seria a primeira atitude, isso não foi feito, então eu fui acusado de prisão errado duas vezes, porque estava prescrito o crime e porque a atitude jurídica ou administrativa feita foi totalmente errada, não cumpria com todos os ditames que a lei determinava naquela época, mesmo aquela lei daquela época.

**O SR. DARCI PASSOS** – Muito obrigado.

**O SR. VALDEMAR** - Por nada.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - Ele pediu um minuto de intervalo.

**O SR. VALDEMAR** - Com licença, usarei o toalete.

**A SRA. ...** - Faremos um intervalo.

**O SR. PRESIDENTE - ADRIANO DIOGO - PT** - A sessão está suspensa por cinco minutos.

\* \* \*

Sessão suspensa por cinco minutos.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Vamos retomar, Ivan vamos lá.

A sessão está reaberta, com a palavra o Professor Bernardo Kussinski.

**O SR. BERNARDO** - Boa tarde, tinha algumas perguntas de natureza, digamos, subjetivo, pessoal, se o senhor preferir não responder eu entendo perfeitamente. Primeiro, em que idade o senhor entrou para o Exército, qual foi a natureza desse curso, no qual o senhor terminou em primeiro lugar; se o senhor tinha alguma convicção religiosa na época especial. Eu queria entender um pouco esse momento em que o senhor sente o choque que aquilo não é para o senhor, se é um momento que começa com a pancadaria ou se é só mais tarde, quando tem o fuzilamento. Se o senhor tinha condições de conversar com os seus colegas sobre isso, se o senhor tinha condições, se havia algum oficial com que o senhor pudesse conversar sobre o que estava acontecendo, enfim, sentir um pouco o drama daquele momento, eu queria entender um pouco melhor.

**O SR. VALDEMAR** – Sr. Bernardo, eu acho que o senhor conviveu nessa época e sabe muito bem, fora dos quartéis, agora dentro dos quartéis a gente vivenciava, no começo, eu queria, eu me apliquei para ser um bom soldado, me apliquei muito para ser um bom soldado e creio que cheguei no objetivo de ser um bom soldado. No momento que eu vi, porque a gente vê falar assim de comunista, da esquerda, tomar o poder e acontecer barbaridades etc. Então nessa tenra idade a gente tem lá as dúvidas da gente, mas quando eu comecei ver nessas passeatas mesmo, algumas que eu vi, o que de fato esses moços queriam, eu acho que o medo de que isso acontecesse era uma coisa sem sentido, bastante sem sentido, porque eu acho que a gente tem que ter medo de uma coisa real, perigo real e aquilo ali eu acho que não significava perigo para um governo tão forte como o AI-5 e tudo mais, não sei se te respondi a pergunta, Sr. Bernardo, mais ou menos isso. Agora conversar sobre essas coisas eu conversava sim, eu não vou dar nome de alguns oficiais aqui, porque tenho muitos amigos no Exército e militares, porque o senhor sabe eu tenho que assumir as responsabilidades minhas, as pessoas não assumem, não posso deixar as pessoas assumirem responsabilidade porque gostam de mim ou porque tem uma proximidade comigo, ou sei lá. Mas conversava sim com muitas pessoas e converso até hoje, quanto a convicções políticas eu li muita coisa sim quando jovem, 16, 17 anos e o meu pai foi político. Eu fui batizado na igreja católica, católico, lógico que depois de um tempo a gente esquece de alguns deveres,



obrigações que você tem, abandona o costume de ir à igreja, mas em si eu sou católico, posso dizer que sou sim, sou batizado na igreja católica, não pratico.

**O SR. VANDEDSON** – Boa tarde Dr. Valdemar, sou jornalista do “Valor Econômico”, uma dúvida que nós tivemos aqui, quando o senhor fala da execução desse casal, o Guilherme estava presente a essa execução?

**O SR. VALDEMAR** – Estava.

**O SR. VANDEDSON** – Os dois tiros foram desferidos pelo Fred Perdigão...

**O SR. VALDEMAR** – Isso.

**O SR. VANDEDSON** – E já nessa época o Fred Perdigão e o Guilherme eles se conheciam e mantinham uma relação próxima?

**O SR. VALDEMAR** – Com certeza.

**O SR. VANDEDSON** – Está ótimo, obrigado.

**O SR. VALDEMAR** – Não posso responder, só sei que me disseram.

**O SR. YURI** - Sou Procurador da Casa e da assessoria também da Comissão, queria só um esclarecimento sobre o delegado Renato, o senhor encontrava pessoalmente com ele, o senhor entregava envelope pessoalmente para ele?

**O SR. VALDEMAR** – Não.

**O SR. YURI** – O envelope só tinha o primeiro nome Renato?

**O SR. VALDEMAR** – Só.

**O SR. YURI** – E uma coisa que eu queria saber também, o senhor conta a história de 68 até 70, que o senhor teria se afastado, depois o senhor retoma a história nos anos 90?

**O SR. VALDEMAR** – Não, 70, 78, 79.

**O SR. YURI** – O senhor ficou afastado de 70 a 78?

**O SR. VALDEMAR** – Afastado não.

**O SR. YURI** – O que aconteceu nesse período?

**O SR. VALDEMAR** – Nesse período eu fui viver a minha vida longe de tudo isso, que poderia me agravar e ser nocivo à minha saúde.

**O SR. YURI** – No Brasil?

**O SR. VALDEMAR** – Fiquei fora também.

**O SR. YURI** – E depois de 78?

**O SR. VALDEMAR** – Aí fiquei no Brasil.

**O SR. YURI** – Mas sem nenhuma relação aí com o Exército?

**O SR. VALDEMAR** – Não, só quando voltei em 98. Aí voltei para o estado efetivo do Exército, voltei a ser soldado do Exército, soldado paraquedista do Exército.

**O SR. YURI** – Mas o senhor que tomou essa iniciativa.

**O SR. VALDEMAR** – Eu queria minha cidadania de volta, só isso, porque tem um detalhe aqui gente, porque é muita coisa. Quando eu fui para o interior eles me deram um documento para que eu tirasse o restante, os demais, e foi o que eu fiz, esses documentos eu tenho até hoje, está aqui comigo, tenho esse documento aqui. Então, o que eu queria é que os senhores observassem a minha cidadania, o que eu sou, quero saber o que eu sou, ainda estou querendo saber o que eu sou.

**O SR. BERNARDO** - Mas desculpe perguntar, esses documentos eram em seu nome mesmo ou em outro nome?

**O SR. VALDEMAR** – Em meu nome mesmo. Vejam bem, eu tenho essa documentação apresentei para autoridades e até hoje ninguém deu a solução do que eu sou, fui militar uma época, voltei, vivi como clandestino, depois voltei a ser militar, depois me mandaram para casa, dispensaram. Entendeu, me mandaram para a reserva do Exército, como se tivesse servido dois anos, quatro anos lá e fui embora.

**O SR. YURI** – Só duas perguntas para finalizar, a primeira, se o senhor puder falar, quiser falar, o senhor ficou fora do país, em que país ficou, em que período, qual documentação saiu, se tinha passaporte?

**O SR. VALDEMAR** – Não tinha, fui para o Chile, num lugar chamado... Camata, fiquei lá por um tempo.

**O SR. YURI** – Pós 73?

**O SR. VALDEMAR** – Não, em 73 não tive condições de ficar lá não.

**O SR. YURI** – Então foi antes, então no Governo Allende ainda?

**O SR. VALDEMAR** – Isso.

**O SR. YURI** – E só mais uma coisa, o senhor falou que vários dos seus colegas, foram mais ou menos recrutados por esses órgãos que atuavam mais fortemente na repressão, por que acontecia isso, quais eram os critérios para se recrutar essas pessoas, eram pessoas intelectualmente mais capacitadas, o senhor disse que ficou em primeiro lugar no curso etc. quais eram os critérios, quer dizer, era esse o critério ou era outro, quer dizer e tinha alguma vantagem do ponto de vista econômico ou de progressão inclusive na carreira quando a pessoa atuava nesses serviços, que imagino que fossem serviços reservados?

**O SR. VALDEMAR** – A sua pergunta é bastante pertinente. Ninguém... o Centro de formação do Exército, no meu entendimento, diga diferente quem quiser, mas, na época foi criado pelo Presidente Costa e Silva, que era o sonho dele, pelo que a gente lê era o Centro de Formação do Exército. Quando ele conseguiu, porque o Castello Branco não queria, quando ele conseguiu fez a nata, entendimento dele, claro, meu entendimento também, os critérios eu não sei qual eles usaram. Agora só sei que Guilherme Pereira do Rosário era um homem extremamente forte, inteligente, competente, um militar que todo mundo gostaria de ser e gostaria de ter a saúde que ele tinha e outros também. Jurandir Ocsendorf Fisouza, meu tempo, era menino, garoto, era uma lenda, saltador de salto livre, era uma lenda no quartel, se falasse Sargento Ocsendorf, nossa todo mundo queria ser igual. Agora, o que foi feito dali para frente eu não posso falar mais nada, eu não participei eu simplesmente, eu queria ser militar, eu queria ser paraquedista do Exército, foi meu sonho, mas no Exército, por exemplo, que eu via falar, Saturnino de Brito, heróis, João Alves Martins, esses atos de heroísmo dessa gente lá na FEB, mesmo essas pessoas, o Batalhão Suez que esteve lá no Oriente Médio, mediando uma guerra, morreu gente, essas pessoas. Então, a gente fala “poxa vida”, sabe... Então, quer dizer, essas pessoas foram heróis de fato do Exército, eu acho, entendeu, então a gente tinha essa visão. Agora, você chega e encontra um estado de coisas dessa, é difícil, é muito difícil, a minha vida.

Diz que no Brasil, estava falando para a moça ali agora, não pode descumprir mais que trinta anos, em pena nenhuma, eu pago há quarenta e pouco, não ser cidadão.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Tem a palavra o Sr. Darci Passos.

**O SR. DARCI PASSOS** – Faltou uma pergunta para mim, para nós e para o senhor, o senhor passou a ter um serviço secreto de informação apenas, pelo choque do assassinato, o senhor resolveu parar até com esse serviço de informação por algum choque, se foi por isso, porque parou?

**O SR. VALDEMAR** – Eu parei, porque achei que aquilo é uma coisa absurda, não se faz aquilo com o ser humano, dominado, uma guerra se mata, duas pessoas se degladiam agora uma pessoa amarrada, apanhar amarrada, eu não concebo.

**O SR. DARCI PASSOS** – Eu estou falando da segunda vez, quando o senhor resolveu parar até com aquele serviço da Kombi, entrega de envelopes, observação de ...

**O SR. VALDEMAR** – Porque eu queria voltar para minha carreira militar, eu queria ser o que me propus a ser lá no princípio, lá no passado. Não por escolha de outras pessoas que eu seria uma coisa diferente do que eu tinha vontade de ser e que tinha vantagem, vou responder agora ao procurador, com o que tinha, essas pessoas eram respeitadas, capitães eram, nossa tinha um poder imenso diante de coronéis, essas pessoas eram muito respeitadas, porque eles vinham, entendo, no meu modo de ver, eles tinham ali uma chancela muito grande da presidência da República, de um lugar muito grande, de muitas estrelas no ombro, porque eles podiam muito, podiam tudo, se vocês olharem esse documento vocês vão ver o quanto que podia. Então, acho que vantagens tinha, poder é poder, eu senti o poder também, algumas vezes que eu sai uniformizado na rua aquela época as pessoas tinham medo do militar, tinha cisma do militar. Então, quer dizer, a gente sentia isso, agora quem se dá bem pensando dessa forma que viva a vida desse jeito, para mim não serviu e não serve. Entendeu, defender a minha nação, já mostrei até em situações que tem que ter muita coragem para isso. Agora, agredir uma pessoa amarrada, dominada, isso aí não acho justo e não vou achar nunca, nunca, nunca, de jeito nenhum e não me propus a isso, por isso eu estou pagando essa pena de quarenta e tantos anos, vivi a minha vida sim, porque eu fui buscar um jeito de viver a minha vida, entendeu. Nunca roubei, não matei, não torturei, não devo nada à Justiça, nem essa Justiça ...mentirosa que está aqui, a

Justiça castres mentiu aqui, ela mentiu, nem a essa Justiça eu devo. E pode falar que eu devo aqui, porque agora, a partir do que escreveram por aí nas Internet da vida eu vou a fundo nisso aqui, mas vou no buraco mais fundo se for necessário, vou para cima, na altura, porque eu quero que o meu nome seja limpo.

**A SRA. AMELINHA** – Sr. Valdemar, queria fazer duas perguntas, a primeira a respeito daqueles cursos, treinamentos que o senhor se referiu, que o conteúdo era uma doutrinação anticomunista do que entendi e eu queria saber, havia métodos de interrogatórios, curso técnico, quais eram?

**O SR. VALDEMAR** – Primeiro, aliás, essa forma de falar sobre a política daquele momento, esquerda, direita, que até hoje muito pouca gente entende tudo isso de verdade, depois a gente vai aprendendo coisas, o povo, a população infelizmente precisa se educar mais. Mas é o seguinte, desculpe o que eu disse, mas devemos dar mais valor à nossa educação e a população precisa se informar mais, se inteirar mais de que é isso, para não voltarmos a situações aí complicadas e tem gente que chega a dizer, por extrema ignorância que gostaria e tem saudade da ditadura, a gente ouve isso por aí. Então essa convicção de anticomunismo, de anti isso e anti aquilo e que comunista come criancinha, isso é verdade, não é mentira que falam, falaram sim e falam, só pegar qualquer site desses da Internet e vai ver os absurdos que são falados, as palavras chulas que são usadas contra autoridades, quantos comandantes do Exército são pessoas honestas, de bem, comandante das Forças Armadas, são chamados de Melancia por essas pessoas e outros adjetivos piores e muito mais feios, que é verde por fora e vermelho por dentro. É isso que eles falam, então quer dizer nós temos que entender também a vontade dessas pessoas que volte alguma coisa ou que aconteça alguma coisa que seja parecido com que o Brasil viveu, mas hoje estamos vivendo outra realidade, entendeu, ninguém precisa pegar mais em armas, armas que temos hoje é o voto, é o voto, é ir lá votar naquele democrata, naquela pessoa que realmente quer um país melhor para os nossos filhos e netos. Agora, eu acho que chegou a hora do povo entender o que aconteceu isso, aprender um pouco do que foi a ditadura e até pessoas boas, de índole boa, não imagina o que seria uma ditadura.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Eu só queria tentar detalhar um pouco a pergunta da Amelinha. O senhor fala o seguinte “eu me baseio muito no relato oral da pessoa”, chegaram lá no sítio tinha dois tambores, os caras...tinha um tambor e montaram o pau de arara e o senhor achava que estava até mais ou menos esquematizado, preparado.

**O SR. VALDEMAR** – Eu acho que sim.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Eu não estou fazendo nenhuma pegadinha, fica sossegado, o que eu estou querendo saber é o seguinte, o senhor é uma pessoa experiente, o senhor é uma pessoa experiente, o que a Amelinha perguntou e nós estamos tentando saber é se nos cursos aquele clima da guerra fria, e comunismo, inimigo externo tomar o país, tinha cursos de técnica, de interrogatório, o senhor fala que num dos cursos tinha dois americanos. Isso aí, se o senhor puder responder, estamos percebendo, todo mundo aqui é escolado, sabemos a delicadeza desse momento, do seu depoimento, estamos valorizando tudo, tudo que o senhor está falando, nós temos uma pergunta objetiva, tinha técnica de interrogatório, aí se o senhor puder pode aprofundar um pouco.

**O SR. VALDEMAR** – Eu posso dizer para o senhor o seguinte, tinha filmes super oito passados de vez em quando com a guerra do Vietnã, o que acontecia lá no Vietnã, o senhor pode imaginar, slides passados e pode ter uma ideia do que é.

**A SRA. AMELINHA** – Essas técnicas que eles mostravam era o que eles usavam, os americanos usavam no Vietnã e tinha cadeira de dragão, pau de arara?

**O SR. VALDEMAR** – Não.

**A SRA. AMELINHA** – Não, só afogamento...?

**O SR. VALDEMAR** – Tinha muitas outras coisas, acho que brasileiro, são técnicas que foram usadas lá, especialmente lá e abriu evento de mulheres grávidas, por aí.

**A SRA. AMELINHA** – A outra pergunta que eu queria fazer, o senhor foi para o Chile, o senhor viveu no período do Salvador Allende, no Chile, na clandestinidade, se eu entendi. O senhor estava legal...?

**O SR. VALDEMAR** – Eu fui com uma pessoa amiga minha, que não vou citar o nome porque não sei como estão as coisas no país dele e a gente não deve, mas eu fui para lá e fiquei até muito bem, trabalhei lá.

**A SRA. AMELINHA** – Mas não trabalhou com serviço de espionagem?

**O SR. VALDEMAR** – Não, não, trabalhei para sobreviver. Espionagem, essas coisas esqueça, isso aí foi no Brasil uma época muito ruim da minha vida, coisa que quero nem mais lembrar disso na minha vida, o meu trabalho, a partir de 1970, entendeu, foi trabalhar para sobreviver, o que é muito difícil já numa situação dessas que eu vivi, é muito difícil.

**A SRA. AMELINHA** – Mas o Exército e esse pessoal do Centro de Informação do Exército não tomou conhecimento que o senhor estava lá no Chile?

**O SR. VALDEMAR** – Não.

**A SRA. AMELINHA**- Não? Não teve, eles não perseguiam, não vigiavam?

**O SR. VALDEMAR** – Tanto que visitaram a minha casa diversas vezes, entendeu, aqui.

**A SRA. AMELINHA** – Esse pessoal visitava a sua casa?

**O SR. VALDEMAR** – Claro, muitas vezes.

**A SRA. AMELINHA** – Mas procurando para saber informações a seu respeito?



**O SR. VALDEMAR** – Eu calculo que procurando para fazer alguma coisa muito ruim comigo.

**A SRA. AMELINHA** – Está bom, obrigado.

**A SRA. PATRÍCIA** – Sou da “Folha de S. Paulo”, Sr. Valdemar no início o senhor comentou quando contou esse caso ao Caco Barcellos, da reportagem da TV Globo, o senhor não falou nomes porque estava sendo ameaçado pelo que entendi, eu queria saber como foram essas ameaças, o senhor continuou sendo ameaçado depois e o que fez o senhor mudar de ideia mais de dez anos depois citar esses nomes aqui e também queria entender o seguinte, qual a sua situação legal hoje, o senhor fala que não tem cidadania, como assim, o que o senhor busca hoje exatamente?

**O SR. VALDEMAR** – Veja bem, na época, vamos por partes aí, eu recebi um telefonema no hotel do Leme, no Rio de Janeiro, aliás eu liguei para minha casa e o meu filho disse que tinha dois amigos meus lá e passou o telefone para essas pessoas e a conversa, eu não preciso deixar ela ponto a ponto aqui, mas eles me disseram que voltariam a visitar caso eu chegasse a fazer o que eu estou fazendo aqui. Entenderam?

**O SR. DARCI PASSOS** – Mas quando foi essa visita?

**O SR. VALDEMAR** – Foi quando se estava fazendo a matéria do Caco Barcellos.

**A SRA. PATRÍCIA** – Quem eram essas pessoas?

**O SR. VALDEMAR** – Não sei, eu estava muito longe, eu estava a 800 quilômetros da minha família e ele sentado na sala da minha casa brincando com os meus filhos. Agora, tem os vizinhos, tem um mercado na frente da minha casa, que as pessoas assistem, mercado, assistiam muitas coisas ali, na minha ausência, quando não estava. Agora qual a outra pergunta que você fez?

**A SRA. PATRÍCIA** – Ainda complementando essa, por que o senhor mudou de ideia se o senhor tinha medo de revelar isso na sua época e hoje está revelando?

**O SR. VALDEMAR** – Eu não mudei de ideia, a minha ideia foi sempre uma só, só que existe oportunidades que são favoráveis e outras não, estou com sessenta e poucos anos de idade, eu vou morrer daqui a pouco, você vai ter a vida inteira, muitos jovens aqui vão ter a vida inteira, eu não, eu vou morrer daqui a pouco, já, isso vai ficar sem acontecer nada, vai passar nada e talvez nós vejamos muita coisa ser jogada para baixo do tapete, não vai acontecer nada. Então tem uma hora na vida que a gente tem que decidir as coisas. Quanto à minha cidadania, eu busquei fazer a minha vida da forma que deu para mim fazer, e não vive mal, até me sai bem, criei três filhos, todos homens, mulheres já, tenho netos, sem precisar de um tostão do governo, entendeu. Não roubei, não matei, não torturei, não fiz nada que pudesse me agravar juridicamente ou moralmente, então estou aqui tranquilo falando. Sem que possa ele na frente, tem um doido ali falar, “você”, tem disso, agora a gente tem que contar com o Brasil diferente, que eu estou acreditando aqui, estou acreditando num Brasil diferente, porque senão não estaria aqui não.

**A SRA. PATRÍCIA** – Mas quando o senhor falou que quer limpar a situação do seu nome é porque o senhor tenta recuperar, qual é a situação legal?

**O SR. VALDEMAR** – Eles me chamam aqui no documento de desertor do Exército, para o soldado, para o militar a palavra mais doida é deserção, desertor, isso eu não sou. O Exército que desertou de mim, foi o que aconteceu, eu queria voltar, tentei voltar, agora eu voltar, eu vou ser herói lá morto, que herói é esse? Vai ser um desertor morto, ia estar hoje aqui com o pior nome do que eu já estou, qualquer imbecil ai do interior chega, pega um papel desse aqui, entrega lá na Internet, o cara lá é desertor, entendeu. E eu na minha cidade, eu cheguei a ser diretor de segurança da minha cidade, trabalhei de assessor especial de assuntos externos da minha prefeitura, pergunta para o povo da minha cidade quem sou eu. Eu tenho aqui comigo medalhas que eu recebi, medalhas militares, mas não foi por torturar, matar, foi agora como civil, entendeu, como civil, tenho várias comendas

recebidas. Olha para você ver como sobe e desce as coisas, eu fui boia-fria, fui motorista de caminhão, fiz de tudo, mas nunca roubei, matei e torturei.

**O SR. DANILO** – Eu gostaria de voltar à questão do momento do sítio em São João do Mereti, o senhor disse que não pode precisar a localização desse lugar, mas a minha pergunta é: durante todo o trajeto quanto tempo que durou esse deslocamento até esse lugar e quando os senhores chegaram, se o senhor conseguiu ver condições que indicavam que aquele sítio era usado com alguma frequência ou se foi um momento improvisado?

**O SR. VALDEMAR** – Eu acho que foi um pouco improvisado, mas não naquela situação, já vinha sendo usado ali, calculo que sim, agora precisar a distância, eu não posso precisar, primeiro foi a estrada da Cascatinha, depois fomos para lá. E numa situação dessa, entendeu é complicado a gente, entendeu, mas é muito simples foi feito na época, a Rede Globo fez a matéria, foi muito bem explicitado isso aí, aonde é e tal, inclusive parece que é um mercado hoje, um grande supermercado, era tudo mato na época. Agora não posso dizer para você, calcular 40, 50 minutos eu acho, não estou te garantindo por favor, porque hoje tudo que a gente fala aqui amanhã eu vou pagar um preço muito alto eu sei, então vamos deixar muito claro isso aí, não tenho certeza.

**A SRA. TATIANA FARAH** - Sou repórter de “O Globo”, eu queria que o senhor se aprofundasse um pouco mais nessa questão do sargento Guilherme do Rosário, eu só disse que ele serviu na vigésima sétima com o senhor é isso? O senhor foi recrutado antes ou depois dele, se o senhor depois se relacionou com ele ainda, mesmo tendo vindo para Marília, e qual era a relação, que tipo de proximidade o senhor viu entre ele e o comandante Fred Perdigão?

**O SR. VALDEMAR** - Eu estava dizendo para você, quando acharam a agenda do sargento Rosário, já era notório que eles tinham uma ligação muito antiga lá de trás, não só ele, outras pessoas também e a gente tem que falar do que a gente viu, mas tem coisas escritas e mostram aí que essas pessoas estivessem ligadas desde muito tempo. E como eu disse ninguém, o capitão Wilson ou o Sargento Rosário não ia pegar um automóvel lá no

Rio ... “eu vou explodir tudo isso daqui”, inclusive tinha mais dois ...dentro do Pullman, pelo que se fala e tem fotos aí que parece que saiu na mídia, então foi lá para acontecer alguma coisa. Agora, vamos ser um pouco mais ruins de cabeça do que foram outras pessoas e se a gente dissesse que dois, um oficial do Exército, um sargento do Exército, especialista em explosivos, porque a gente não dizer que Hilário Colares, Fred Perdigão Pereira que estavam lá não queriam explodir os dois para limpar um pouco e acontecer de fazer uma...

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Como é, desculpa, Perdigão também estava lá no Rio Centro?

**O SR. VALDEMAR** - Com certeza, com certeza, todo mundo sabe, a mídia sabe, todo mundo sabe, ele falou que telefonou para o general Nilton Cruz, falaram das conversas que tiveram e falaram, Hilário Corales é quem montava bombas e fazia, isso aí é corrente na vida brasileira, mas precisamos parar de ser hipócritas gente, não podemos ser hipócritas mais, sabe, quem mandou colocar uma bomba lá no Rio Centro? O sargento vai pagar, o capitão Wilson vai pagar, hoje coronel, claro, sei lá, escolheram uma forma, mas foram mandados, eles estão obedecendo ordens e ordens de gente pesada, porque valia tudo.

Os senhores acham, por que não acharmos também, já que se fala tanta coisa da gente, vamos falar um pouco dos outros também. Não estavam queimando arquivo ali, porque dispositivo de disparo a distância aquela época já existia tecnologia para isso e muito, um homem que tem conhecimento de explosivo, estourou uma bomba no colo e quase mataram o capitão que estava junto do lado. Eu não quero ser perito como outros aí não, mas já que falam, me dá o direito de pensar dessa forma. Ninguém ia lá à toa, falar “eu vou matar mil pessoas, duas mil pessoas aí com bombas não”, é uma coisa muito bem pensada e porque não esconder outras coisas matando aqueles dois militares que estavam ali; dispositivos de disparo a distância já existia há muito tempo, há muito tempo e quase mataram um e quase se mataram, não sei, não posso dizer, porque aquilo ali não foi apurado de fato gente, não foi apurado. E nós ficamos aqui, sabe, discutindo quem nasceu primeiro o ovo ou a galinha, mas é muito simples, se quiser apurar vai apurar, como o caso também do Rubens Paiva, patrono aqui desta Comissão, está lá escrito pelo Exército.

Capitão Raimundo Ronaldo, sargento ... e Jurandir Ocsondorf. Então, essas pessoas que estiveram, últimas pessoas que estiveram com o Deputado Rubem Paiva, chamava para conversar, vamos conversar aqui. Agora vocês acham que eles foram lá, mataram, torturaram, fizeram com o Deputado Rubem Paiva, sei lá, ninguém sabe o que aconteceu, mas porque eles queriam, eles estavam querendo também fazer, não estou advogando para ninguém não, só estou sendo aqui justo. Tem alguém que mandou e está morrendo todo mundo, todo mundo, nós todos vamos morrer já, nós que somos dessa época e vai ficar tudo isso nas costas de quem, daquele um que estava ali por último. Mas sabe-se lá se foram eles que fizeram isso, que agrediram, porque o superior manda e mandava muito nessa época, vai lá e faz. Então, temos que saber isso aí de fato, talvez tem gente pagando pelo que não deve e muitos também às vezes não estão aí tendo o merecimento de culpa. Então precisa procurar culpados, agora é fácil fazer isso, não é difícil, é só ter vontade e deixar de hipocrisia, só isso.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Tem a palavra o Sr. Roldão.

**O SR. ROLDÃO ARRUDA -** Eu sou jornalista, sou repórter do Jornal “O Estado de S. Paulo”, o senhor citou o caso aí de uma metralhadora, que se quisesse seria possível rastrear na mão de quem ela teve, pessoa por pessoa, que o Exército teria esse registro. Eu queria saber do senhor se o Exército também tem o registro, a informação que eu tenho é que sim, eu queria que o senhor confirmasse de todos os passos, por exemplo, de cada um de seus militares. Então, por exemplo, se eu quiser saber, por exemplo, se é verdade que nesse dia o Fred estava em tal lugar, a serviço de quem ele estava, sob o comando de quem, o Exército tem todo esse espaço dos seus militares registrados?

**O SR. VALDEMAR -** Duvido muito.

**O SR. ROLDÃO ARRUDA -** Mas o senhor quando foi lá e viu os seus documentos, o senhor viu que tinha uma documentação de todo o seu estado, embora falsificada a data, mas eles acompanhavam, o senhor sabia, eles têm exatamente o que o senhor fez no Exército, o que o senhor não fez, sob o comando de quem o senhor esteve.

**O SR. VALDEMAR** - Deveria, isso sim, com certeza. Agora, quando o senhor fala no S-dois, é um serviço reservado, entendeu, isso aí pouca gente sabe, porque já se diz é um “serviço reservado”, então a pessoa vai fazer uma coisa que não é para todo mundo saber entendeu. E outra coisa, muitos documentos já tem militares dando aí depoimentos que foram queimados, consumidos.

**O SR. ROLDÃO ARRUDA** - O senhor acredita nisso?

**O SR. VALDEMAR** - Acredito e tenho plena certeza que aconteceu muito disso por aí.

**O SR. ROLDÃO ARRUDA** - O senhor tinha um codinome quando trabalhava nesse serviço?

**O SR. VALDEMAR** - Não tinha codinome não.

**O SR. ROLDÃO ARRUDA** - Mas era comum ter codinome?

**O SR. VALDEMAR** - Era comum.

**O SR. ROLDÃO ARRUDA** - Ok, obrigado.

**O SR. TALES MAURÍCIO** - Da Rádio CBN, sobre o episódio lá no sítio de São João do Mereti, eu queria saber se o senhor de fato viu o Fred Perdigão atirando no casal e se não viu como o senhor tem essa certeza de que foi ele?

**O SR. VALDEMAR** - Eu vi, eu estou dizendo “eu vi”, e se abaixou, quase de joelhos, colocou a mão, e deu um tiro na cabeça de cada um.

**O SR. VASCONCELOS** - Repórter do portal ig, queria entender um pouquinho melhor essa questão do Guilherme do Rosário e o Wilson, pelo que você fala aí, eles aparentemente poderiam ter sido queimados como arquivo. Você sabe se eles tiveram envolvimento em outras situações que não sejam essa do Rio Centro, porque aparentemente se tratava de uma mesma equipe ali?

**O SR. VALDEMAR** - Exatamente, inteligente a sua pergunta, só que a resposta da minha vontade eu não vou poder te dar, mas o caminho talvez seja esse aí, do seu raciocínio.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT –** Repete Valdemar.

**O SR. VALDEMAR** - O caminho seria o raciocínio desse moço que me fez a pergunta agora. Eu não posso responder do jeito que eu gostaria de responder, porque eu não posso falar uma coisa que não tenha certeza.

**O SR. ...** - Da mesma forma que o rapaz lá, o Vitor, você ouviu o general dizer que esse cara foi morto por fulano etc. há outros casos semelhantes envolvendo esses militares e que você tenha também ouvido falar “an passan”?

**O SR. VALDEMAR** - Uma equipe perita em bomba, só, botava artefatos, explosivos aí em bancas de jornal e em outros lugares, esse é o critério de analisar pela história, não vou pagar mais esse preço. Desculpa, mas muito inteligente a sua pergunta e raciocínio muito importante.

**O SR. DANILO** - Eu tenho uma dúvida, o senhor falou bastante, por exemplo, o Perdigão acabou assassinando o casal, quem ordenou então ele estar fazendo o assassinato e seria a mesma pessoa que convocou o senhor para essa missão secreta e se essa foi a primeira missão secreta do senhor ou tiveram outras?

**O SR. VALDEMAR** - Não, essa foi a primeira. Aquela história de fotografar lá pelas passeatas da vida, pela rua, algumas vezes também porque eu estava fazendo curso, mas as ordens ele recebia diretamente dele mesmo, essa pessoa tinha muito poder, você não tem ideia do poder que essas pessoas tinham. Particularmente quem era do centro de informação do Exército, eles vinham com um poder muito grande, outros militares tinham até receio de tratar com eles, eu assisti isso.

**O SR. DARCI PASSOS** - Dessas figuras que se fala como comandantes de repressão, Perdigão, Paulo Magalhães, o senhor conheceu o Carlos Alberto Brilhante Ustra?

**O SR. VALDEMAR** - Só por televisão e ouvi falar.

**O SR. DARCI PASSOS** - Depois, não na época?

**O SR. VALDEMAR** - Ouvia falar sim, na época o Major que tinha aqui em São Paulo.

**O SR. DARCI PASSOS** - Mas o que ouvia falar?

**O SR. VALDEMAR** - Existia um major aqui em São Paulo, isso também depois, na minha época não existia nada, na minha época não existia nem DOI-CODI existia, era simplesmente, foi depois que eu já estava fora que eu ouvi falar e ouvi falar agora recentemente que ele fez um depoimento aqui na Comissão da Verdade, eu assisti inclusive o depoimento.

**O SR. DARCI PASSOS** - Em Brasília?

**O SR. VALDEMAR** - Em Brasília, aliás, desculpa, e só.



**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Nós estamos concluindo, alguém gostaria, a Suzana, Kussinski, o senhor gostaria?

**O SR. OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA** - Nesse período de vida do meu irmão nós pudemos acompanhar com muito sofrimento, porque teve momentos dele confessar a mim que preferia ter sido morto no passado do que viver a vida que ele estava passando e nós todos sofreremos, inclusive minha mãe sofreu muito. É o que eu tinha a dizer.

**O SR. EDUARDO** - Da Rede Brasil Atual, o senhor disse no fim do seu primeiro depoimento, “vou pagar caro”, ou entendi mal, o senhor teme alguma coisa ainda?

**O SR. OSVALDO MARTINS DE OLIVEIRA** - Temo sim, eu sei que tem gente por aí, existem talvez não convivam com isso ou convivam, mas nesse aspecto eu posso dizer para vocês que tem gente ainda por aí que, vamos voltar um pouquinho aqui do que foi falado, nós vimos que um depoimento do cidadão, bate-se na mesa como se tivesse o AI-5 na outra, ainda, entendeu. E isso é grave, isso é muito grave, nós vivemos o absoluto Estado de Direito nós vivemos hoje, conforme a nossa Constituição de oitenta e oito, sabe, mas nós vemos figuras, tratar de assuntos, aliás, se pudesse aqui dizer para autoridades, estamos aqui numa Casa de Leis para rever algumas situações, como a pessoa pode ofender a outra de uma forma nefasta, ruim e ficar por isso mesmo e as pessoas ficarem aí nos seus clubes, se vangloriando e dizendo isso e aquilo, sabe, balançando as medalhinhas aqui, dizendo que fez e aconteceu e ficar xingando as pessoas, isso precisa ter um basta, arruinando a vida das pessoas, como é arruinar a minha vida. Não bastou não, eu não ficar dentro desse contexto ilegal no passado, agora arruinar a minha vida, acabaram com a minha vida. Porque as pessoas não querem saber não, está lá escrito, está na internet, “quem falou?” “Foi um general, foi um coronel”, mesmo que esteja, já foi, já está lá com o seu chinelinho, com o seu pijama, mas ele tem a patente, escreveu lá, “fulano de tal falou isso aqui do Valdemar de Oliveira”, ele é desertor do Exército. Então qualquer imbecil, cretino lá vai pegar e levar isso aqui lá e mostrar para todo mundo, como fazem com a Presidenta da República, como fazem com os comandantes militares hoje, desrespeitam sem o mínimo de pudor e não acontece nada e continua se fazendo. Aliás, tem outros até no

exterior que se postam de donos da verdade, da direita extrema e querem julgar a todo mundo e acabar com a vida de todo mundo.

**O SR. MARCOS MARTINS DE OLIVEIRA** - Sou sobrinho do Valdemar e filho do Osvaldo, eu só ouvi uma frase há alguns dias e que cabe como uma luva no dia de hoje, que é a verdade não é filha da autoridade, a verdade é filha do tempo e aí está a verdade.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Sr. Valdemar, eu queria pedir para o senhor fazer agora uma fala de fechamento e agradecer a sua vinda, o seu depoimento, que eu estou numa posição que não tenho nada que emitir posição pessoal, mas eu vou dizer uma coisa para o senhor, eu não acredito que, apesar da chamada democracia, o Estado secreto, o Estado oculto está desmantelado, eu acho que esses organismos estão intactos, vinte e quatro horas vigiando a gente, gravando a gente, seguindo a gente, em diferentes departamentos, mas desde Abin, acho que a coluna aí está mantida. Apesar desse estado secreto e o governo não resolveu ainda encarar esse estado secreto, esse estado paralelo, tanto é que toda a responsabilidade do governo brasileiro foi transferida para a Comissão da Verdade e a Comissão da Verdade nunca vai abrir os arquivos e abrir os segredos se o governo brasileiro não enfrentar esse estado paralelo, eu queria fazer, apesar de todas essas dificuldades o senhor está lutando bravamente para que a sua condição de soldado, de militar seja reconhecida. O senhor podia falar um pouco sobre isso?

**O SR. VALDEMAR** - Tempos atrás, como eu disse, eu queria que as coisas ficassem mais claras a respeito da minha vida, não só dos fatos acontecidos, mas da minha vida, que cidadão eu sou, eu comecei a minha vida pensando que ia ser um militar, que eu ia ser um militar do Exército, um paraquedista do Exército. Chegou determinado tempo aquilo foi tirado do chão, eu fiquei sem chão, porque mudou tudo, não era aquilo que tinha na mente que ia acontecer na minha vida futura, então é uma decepção muito grande a respeito da época, da situação, mas me orgulho muito de ter usado uniforme do Exército brasileiro, o meu brevê de paraquedista, que é o mesmo do capitão Sérgio Macaco, o mesmo e vamos ver o que acontece, vamos lutar, enquanto a gente tiver um pouquinho de...

“vamos lutar” e se vier as forças do mal nós já lutamos tanto contra isso, um pouco mais um pouco menos acho que não vai doer, vamos ver o que acontece no nosso Brasil.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Alguma outra questão, alguma outra dúvida, podemos encerrar? Se quiser falar...

**O SR. VALDEMAR** - Eu só quero agradecer a oportunidade aqui de estar falando aqui, no passado a gente encontrar o local, me perdoe, mas para a gente poder colocar isso aqui, ter um registro para que a gente pudesse tomar uma iniciativa outra a respeito desses fatos ou da vida da gente, foi muito difícil, eu não consegui, apesar de estar documentado aqui que procurei autoridades para falar sobre isso, falei, mas eu fui enganado, a verdade foi essa, eu fui enganado e a consciência que eu tenho é essa, mas vamos ver o que acontece daqui para frente. Estou tendo essa oportunidade aqui e estou dando também oportunidade que as pessoas perguntem e fiquem conhecedoras pelo menos da época que eu vivi e do meu parecer sobre isso, nós vivemos hoje como eu disse numa democracia, muito pouca gente pode gostar disso, pode entender isso, não é feio ser democrático, é muito bonito. Quando a gente aprende isso a gente fica muito feliz e ver que o país da gente está num caminho aí que apesar das dificuldades parece que uma hora ou outra vamos nos enquadrando numa situação melhor para o mundo, para o nosso país, para os nossos filhos verem, para os nossos netos verem. O que passou é aprendizado, o que vem pela frente também é aprendizado, também vamos aprender a tocar o nosso barco.

**O SR. PRESIDENTE – ADRIANO DIOGO – PT** – Muito obrigado, as portas estão abertas ao senhor, o que o senhor puder mandar de documento, de informação, o Brasil está precisando. Muito obrigado.

A sessão está encerrada.

\* \* \*